



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PARANAGUÁ
MAIO/2024



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



| | |
|---|----|
| 1 IDENTIFICAÇÃO | 5 |
| 1.1 Localização..... | 7 |
| 1.2 Histórico da instituição | 9 |
| 1.2.1 Mudanças na estrutura física e/ou mudança de endereço | 12 |
| 1.3 Relação dos profissionais da instituição..... | 12 |
| 1.3.1 Nível de escolaridade..... | 14 |
| 1.3.2 Cargos, funções e vínculo empregatício | 14 |
| 1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, CULTURAL E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE ESCOLAR..... | 15 |
| 1.5 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E MATERIAIS | 16 |
| 1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças e estudantes | 16 |
| 1.6 REGIME E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR..... | 17 |
| 1.6.1 Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas por turmas..... | 18 |
| 1.6.2 Critérios de distribuição de turmas anualmente..... | 19 |
| 1.6.3 Projetos próprios das instituições e oferecidos pela mantenedora..... | 19 |
| 1.6.4 Quadro de horários da equipe docente e hora-atividade..... | 21 |
| 1.6.5 Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos; em áreas vedes e recreio dirigido..... | 22 |
| 1.6.6 Plano de Atendimento Emergencial..... | 23 |
| 1.7 CALENDÁRIO ESCOLAR..... | 25 |
| 1.8 Calendário das reuniões do Conselho Escolar | 26 |
| 2 CONCEPÇÕES..... | 26 |
| 2.1. CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE..... | 26 |
| 2.1.1. Fundamentação Teórica | 27 |
| 2.1.2. Direitos Humanos | 30 |
| 2.1.3. Políticas de Inclusão | 31 |
| 2.2. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO | 34 |
| 2.2.1. Fundamentação Teórica | 34 |
| 2.2.2. Concepção de Infância e Criança | 36 |
| 2.2.3. Articulação entre as ações de cuidar e educar..... | 37 |
| 2.2.4 Transição da educação Infantil para o Ensino Fundamental | 38 |



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



| | |
|---|----|
| 2.2.5. Transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental | 39 |
| 2.2.6. Educação Inclusiva..... | 40 |
| 2.2.7. Educação para as relações étnico-raciais..... | 40 |
| 2.2.8 Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e estudantes infrequentes | 41 |
| 2.2.9 Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar | 42 |
| 2.3. CONCEPÇÃO DE GESTÃO..... | 43 |
| 2.3.1 Fundamentação Teórica | 43 |
| 2.3.2 Instrumentos de Gestão Democrática | 44 |
| 2.3.3 Eixo de gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros..... | 44 |
| 2.3.4 Articulação entre a instituição a família e a comunidade | 46 |
| 2.3.5. Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais..... | 47 |
| 2.3.6. Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional | 47 |
| 2.3.7 Articulação entre a unidade educacional e a mantenedora..... | 48 |
| 2.3.8 Articulação entre os profissionais da educação e crianças e estudantes | 48 |
| 2.3.9 Plano de conscientização e prevenção a violência | 49 |
| 2.4. CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO | 49 |
| 2.4.1. Fundamentação Teórica | 49 |
| 2.4.2. Plano de Ação para Recomposição da Aprendizagem..... | 50 |
| 2.4.3. Plano de Ação do Diretor..... | 53 |
| 2.4.4. Plano do Pedagogo Coordenador..... | 53 |
| 2.4.5. Plano do Pedagogo Orientador..... | 53 |
| 2.4.6. Plano da Equipe de Apoio Administrativa | 54 |
| 2.4.7. Plano de Apoio Operacional..... | 54 |
| 2.4.8. Plano de Ação do Conselho Escolar | 55 |
| 2.4.9 Plano de Trabalho Docente | 56 |
| 2.4.10 Plano de Atendimento Educacional Especializado | 56 |
| 2.4.11 Plano de Atendimento pedagógico domiciliar | 56 |
| 2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO | 58 |
| 2.5.1. Fundamentação Teórica | 58 |
| 2.5.2. Direitos e Objetivos de Aprendizagem | 59 |
| 2.5.3. Concepção de Ensino e Aprendizagem | 60 |
| 2.5.4. Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula | 61 |



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



| | |
|--|----|
| 2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO | 63 |
| 2.6.1. Fundamentação Teórica | 63 |
| 2.6.2. O Processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem/ desenvolvimento | 66 |
| 2.6.3. Análise de avanços e dificuldades pedagógicas | 68 |
| 2.6.4. Instrumentos para os registros do processo avaliativo na educação infantil: parecer descritivo, portfólios e outros | 69 |
| 2.6.5 Avaliação Institucional..... | 70 |
| 2.6.6. Recuperação paralela de estudos | 71 |
| 2.6.7. Avaliação externa | 72 |
| 2.6.8 Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, pré e pós conselhos..... | 74 |
| 2.7. CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA | 74 |
| 2.7.1 Fundamentação Teórica | 74 |
| 2.7.2. Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora | 76 |
| 2.7.3. Formação Continuada conforme a instrução da hora-atividade | 76 |
| 2.7.4 Formação continuada em espaços pedagógicos externos a instituição | 78 |
| 2.7.5- Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas (Opet Inspira) ... | 78 |
| 3 MATRIZ CURRICULAR..... | 79 |
| 4 PROPOSTA CURRICULAR..... | 81 |
| REFERÊNCIAS..... | 82 |
| ANEXOS | 84 |



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



1 IDENTIFICAÇÃO

Instituição: Escola Municipal do Campo “Antônio Fontes” – Educação Infantil e Ensino Fundamental

E-mail da instituição: escoladocampoantoniofontes@gmail.com

Nome da Diretora de Departamento: Joice Cristina Pereira

E-mail da Equipe pedagógica: educacao@paranagua.pr.gov.br

Dependência Administrativa: SEMEDI- Secretaria Municipal de educação e Ensino Integral

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Nº da Resolução de Criação da Instituição de Ensino: Nº 09 de 09 de junho de 1964.

Nº da Resolução de Autorização da Instituição de Ensino: nº 3.678/82 de 30 de dezembro de 1982.

| Tipo | Ato nº | Data | Descrição | Revogação | Vigência | Observação |
|--------------------|---------|------|--|-----------|----------|------------------------------------|
| Resolução | | | Autorização de Funcionamento do Ensino Fundamental | | | Do 1º ao 5º ano de forma gradativa |
| Resolução | | | Autorização de Funcionamento da Ed. Infantil | | | Adequação de Nomenclatura |
| Ato administrativo | | | Aprovação do Regimento Escolar | | | |
| Resolução | | | Renovação de Autorização de Funcionamento | | | |
| Parecer técnico | | | Aprovação de Projeto Político Pedagógico | | | |
| Parecer técnico | 22/2017 | | Estatuto Escolar | | | Parecer Favorável |



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



| | | | | | | |
|--------------------|----------|------------|---|--|------|---|
| Ato administrativo | 050/2017 | 28/08/2017 | Estatuto do Conselho Escolar | | | Aprovação do Estatuto do Conselho Escolar |
| Resolução | 008/17 | 29/08/2017 | Aprovação do Parecer 022/17 | | | Aprovação do Estatuto do Conselho Escolar |
| Resolução | | | Autorização de Funcionamento da Educação Infantil | | 2018 | |
| Resolução | | | Renovação de Autorização de Funcionamento do Ensino Fundamental | | 2019 | |
| Ato administrativo | 05/23 | 25/04/2023 | Aprovação do Regimento Escolar | | 2023 | |
| Parecer | 03/2023 | 31/01/2023 | Parecer Técnico do Regimento Escolar | | 2023 | Favorável |

Etapas e modalidades de Ensino ofertada pela instituição

- (X) Educação Infantil
- (X) Ensino Fundamental 1º ao 5º ano
- (X) Educação do Campo



1.1 Localização

Endereço: Estrada das Colônias, s/n. Colônia São Luiz

CEP: 83218-190

Município: Paranaguá **Estado:** Paraná

Telefone: (41) 3420 2861

CNPJ: 76017458/0001-15 **Código INEP:** 41140427 **SAE:** 184000458

A escola Antônio Fontes está localizada na Colônia São Luiz, um local muito bom de morar, uma comunidade muito tranquila, com poucos moradores que vivem em sítios, onde habitam há muito tempo. Conhecida como Colônia São Luiz, onde perpassa a estrada das colônias, utilizada pelos colonos e ciclistas, na localidade temos também a igreja de São Sebastião, que fica localizada ao lado da escola.

Um local com muito verde, pouco desmatado, mas sem infraestrutura. As vias são estradas sem asfaltamento, com muitos buracos, mato alto, sem esgoto, sem posto de saúde perto, muitos locais sem iluminação pública, não tem transporte público. A população tem em sua maioria uma escolaridade bem considerada, desde o fundamental até a graduação em conclusão. Algumas famílias vivem da agricultura, pecuária e outros são caseiros, com níveis de renda variados, famílias que vivem de salário-mínimo e outras com até cinco salários ou mais.

A escola do Campo Antônio Fontes, é a única esfera do poder público presente na comunidade, se apresenta como forte elemento na preservação de valores que mantêm a comunidade vinculada aos seus modos de vida e convivência. É um instrumento de mobilização ao diálogo com a realidade, na medida que oferece educação - entendida no seu sentido mais amplo - unindo ações necessárias ao desenvolvimento rural integrado, pensando no ser humano, numa sociedade mais justa e equilibrada.

Atendemos alunos de outras colônias próximas, sendo elas: Colônia das Palmeiras, Colônia Nácar, Colônia Santa Cruz e Colônia Quintilha.



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



Nossos alunos se desenvolvem como as demais crianças, temos problemas como todas as outras escolas, procurando realizar avaliações diagnósticas de aprendizagem, durante o início e final de cada trimestre, para que seja possível planejar aulas que possam recuperar os alunos que apresentem qualquer tipo de dificuldade, antes do término do ano letivo.

Não temos problemas que possamos evidenciar que sejam sociais e que possam repercutir na escola, qualquer tipo de situação resolvemos com os pais em reuniões, que são participativos dentro do alcance de cada família.

Aos docentes é incumbido: participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola; Elaborar um plano de trabalho, segundo o projeto Político Pedagógico; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrando os dias letivos e horas-aula estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e comunidade, entre outros.

Nossa escola é do campo e a equipe pedagógica não está presente no cotidiano escolar, acontecem visitas na escola esporadicamente, situações de reunião com as famílias na escola, são realizadas pelos professores responsáveis, com conhecimento da equipe pedagógica e do departamento da educação do campo. Os conselhos de classe são realizados ao final do trimestre com a equipe pedagógica, na secretaria de educação, é realizado também o pré-conselho para que possamos debater sobre avaliação e desempenho individual dos alunos.

Não temos Instâncias colegiadas; grêmios; conselho escolar; associações de pais e professores, a participação da família na escola é na maioria das vezes só quando os pais são convidados a participar de reuniões, de projetos de educação ambiental, cuidados com a horta escolar ou na realização de eventos e mostra de trabalhos.

As demandas identificadas na escola são do comprometimento dos professores, para que possamos desenvolver um bom trabalho, desenvolver a aprendizagem significativa e transformar a comunidade e a vida dos moradores locais para que possam



ter uma melhor situação de vida e de futuro. Os alunos em sua maioria estão dentro da faixa etária normal para cada ano, poucos repetentes e alguns casos isolados de dificuldades de aprendizagem em que são acompanhados através de atividades de recuperação paralela e reforço escolar em contraturno. Não temos alunos evadidos, apenas alunos que são transferidos durante o ano, quanto a reprovação, se caso for necessário, o aluno apresentar dificuldades de aprendizagem e não avançar na aprendizagem, ele é encaminhado para análise da equipe multidisciplinar e poderá ser retido.

1.2 Histórico da instituição

A Escola Municipal do Campo “Antônio Fontes” busca, através da autonomia, da criatividade, da percepção sistêmica, da realidade e do espírito cooperativo dos educandos, promover coletivamente estratégias de aprendizagens significativas que possibilitem, aos nossos alunos, identificar novas formas de se relacionar com o mundo. A identidade da escola do campo é definida pela percepção da realidade vivida, pela temporalidade e saberes próprios dos estudantes. Temos também, o firme propósito de dar oportunidade às crianças de participar, de decidir, de tomar iniciativas, de se mobilizar em relação à comunidade, pois há muitas formas de fazer o trabalho escolar.

A Escola Municipal do Campo “Antônio Fontes”, oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental, está localizada na Colônia São Luiz, no Município de Paranaguá no Estado do Paraná. A comunidade apresenta-se em sua maioria com uma situação financeira médio-baixa, onde sua vida profissional é informal na maioria são agricultores, situada na área rural da cidade, tem o trabalho ligado às atividades agrícolas e trabalhos informais. Os alunos em sua maioria estão dentro da faixa etária normal para cada ano/série, não temos alunos evadidos ou repetentes.

A Escola Municipal do Campo “Antônio Fontes” foi criada e autorizada pela Resolução nº 3.678/82 de 30 de dezembro de 1982. A escola levou esse nome, porque



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



nessa localidade chegou um médico chamado Dr. Antônio Fontes onde passou a atender toda a comunidade gratuitamente, recebendo assim essa homenagem.

O cotidiano dos professores é mediar o conhecimento, formar e transformar pessoas, desenvolver o senso crítico, a autonomia, incentivar e levar aulas interessantes para que os alunos se sintam estimulados a aprender. Por esse motivo utilizamos materiais pedagógicos como ferramentas e suportes cotidianos que possam nos ajudar a desenvolver uma boa aula; os professores, recebem formação continuada durante o ano letivo pelo Sistema de Ensino SEFE, sabendo que o professor precisa estar em constante aperfeiçoamento, porque a atualidade necessita.

Na escola trabalham três professoras, que ministram aulas de língua portuguesa, matemática e duas professoras ministram aulas das ciências naturais e ciências sociais (ciências, história e geografia). Articulando os componentes curriculares das disciplinas às demandas da educação do campo presentes em suas diretrizes operacionais e/ou em outros documentos.

A legislação educacional brasileira apresenta uma ampla base legal para a instituição de políticas diferenciadas para o atendimento escolar das pessoas que vivem no campo. Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo Antônio Fontes – Educação Infantil e Ensino Fundamental foi elaborado coletivamente para atender as necessidades escolares da comunidade campesina da Colônia São Luiz e demais Colônias das redondezas.

Para elaborar o Projeto Político Pedagógico da escola é necessário pensar no vínculo, de como fazemos e de como queremos a nossa escola, e por se tratar de uma escola rural, temos desafios distintos do urbano, em decorrência da baixa densidade populacional, da dificuldade de acesso dos professores e alunos, e da própria cultura rural em que as crianças estão inseridas.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo Antônio Fontes, também está inserida na Proposta da Educação Básica do Campo e a entendemos como um conhecimento amplo e democrático, sempre fazendo uma análise de conjuntura a educação no Brasil. Neste processo de conhecimento o professor deverá ter como currículo



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



para sua inclusão nesta proposta de ensino-aprendizagem do campo, um espírito inovador, deve ter um conhecimento prévio dos Movimentos Sociais, suas origens, seus objetivos, onde o papel da educação é trabalhar a realidade dos educandos buscando alternativas de uma vida digna e igualitária sem promover o êxodo rural.

Na origem dessas iniciativas governamentais, inéditas na sociedade brasileira, é possível identificar diversas articulações e mobilizações da população rural que, por meio de suas organizações e movimentos sociais, têm buscado reagir ao processo de exclusão social, reivindicando novas políticas públicas que garantam não apenas o acesso à educação, mas fundamentalmente, a construção de uma escola e de uma educação do campo.

A identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País.

A educação para a população rural está prevista no artigo 28 da LDB, em que ficam definidas, para atendimento à população rural, adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural e de cada região, definindo orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica:

- I** - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades dos estudantes da zona rural;
- II** - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III** - Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Envoltas pela grandiosa biodiversidade e riquezas naturais, extraem da natureza todo o seu sustento, por meio de técnicas rústicas que, na maioria dos casos, é transmitida de pai para filho, sendo o seu desenvolvimento condicionado a valores locais e culturais, constituídos por tradicionais instituições territoriais.



BIOGRAFIA DO PATRONO

Doutor Antônio Fontes, nasceu em Barra Mansa no estado do Rio de Janeiro, no dia 17 de janeiro, do ano de 1905. Estudou no colégio Salesiano, no município de Santa Rosa em Niterói, posteriormente cursou a faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro, vindo a formar-se médico em 1930.

Casou-se com Anita Ribeiro, de família parnanguara e irmã de seu grande amigo e companheiro de internato e faculdade, Anibal Ribeiro Filho, também médico. Tiveram dois filhos, Roberto e Sonia. Dr. Antônio Fontes, veio para Paranaguá em 1935, aqui se estabelecendo e exercendo sua profissão de médico. Foi diretor por duas décadas da Casa da Criança Olímpio de Oliveira, hoje desativado Hospital Infantil que leva seu nome.

Foi fundador e diretor da Maternidade da L.B.A. – Legião Brasileira de Assistência. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, presidente do Clube Republicano e o primeiro presidente do Serviço de Valorização do Litoral. Participou da vida social e política de Paranaguá. Vindo a falecer em 18 de abril de 1965.

1.2.1 Mudanças na estrutura física e/ou mudança de endereço

Não houveram mudanças na estrutura física nem mudança de endereço na instituição.

1.3 Relação dos profissionais da instituição

Quantitativos: cargos e funções, corpo docente, vínculos funcionais, distribuição de funções, níveis de formação inicial.

ANO DE REFERÊNCIA – 2024

| Cargo/ | Nome | Vínculo | Escolarização |
|--------|------|---------|---------------|
|--------|------|---------|---------------|



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



| Função | | Padrão | Hora aula | Fund. | | Médio | | Superior | |
|--------------------------------------|-----------------------------|--|--------------|-------|---|-------|---|----------|---|
| | | | | C | I | C | I | C | I |
| Diretor(a) de Departamento | Joice Cristina Pereira | x | | | | | | x | |
| Pedagogo(a) | Cristiane Pereira | | | | | | | | |
| Secretário(a) Geral | Mariane Petenuzo | x | | | | | | x | |
| Assistente administrativo | Dirceia Batista | | | | | | | x | |
| Serviços Gerais | Rosangela Ferreira da Veiga | x | | | | x | | | |
| P r e s e n t e | Pré I | Luciane Godoy Bonafini Andriele Fanini | x | | | | | x | |
| | Pré II | Luciane Godoy Bonafini Andriele Fanini | x | | | | | x | |
| | 1º Ano | Silvana Rodrigues da Silva Andriele Fanini | x | | | | | x | |
| | 2º Ano | Silvana Rodrigues da Silva Andriele Fanini | x | | | | | x | |
| | 3º Ano | Andriele Fanini Silvana Rodrigues da Silva | x | | | | | x | |
| | 4º Ano | Andriele Fanini Silvana Rodrigues da Silva | x | | | | | x | |
| | 5º Ano | Luciane Godoy Bonafini Silvana Rodrigues da Silva | x | | | | | x | |
| | Português | Luciane Godoy Bonafini, Silvana Rodrigues da Silva e Andriele Fanini | x | | | | | x | |
| | Matemática | Luciane Godoy Bonafini Andriele Fanini | x | | | | | x | |
| | História | Silvana Rodrigues da Silva Andriele Fanini | x | | | | | x | |
| | Geografia | Silvana Rodrigues da Silva Andriele Fanini | x | | | | | x | |
| | Ciências | Silvana Rodrigues da Silva Andriele Fanini | x | | | | | x | |
| | Arte | Silvana Rodrigues da Silva Andriele Fanini | x | | | | | x | |
| Reforço | Não temos | | | | | | | | |
| Educ. Física | Cassiana Cassenotti | X | | | | | | x | |



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



1.3.1 Nível de escolaridade

1.3.2 Cargos, funções e vínculo empregatício

| FUNCIÓNARIO | PADRÃO | FORMAÇÃO INICIAL | GRADUAÇÃO | ESPECIALIZAÇÃO | PÓS-GRADUAÇÃO | NIVEL ATUAL NA TABELA |
|-----------------------------|---------------|------------------|--|---|---|--------------------------------|
| Rosângela Ferreira da Veiga | | Ensino médio | | | | |
| Andriele Fanini | Manhã e Tarde | Magistério | Pedagogia | Psicopedagogia Institucional/Neuro psicopedagogia Educação Especial e Inclusiva | | PROFE 20N19-1 PROFE 20N21-1 |
| Cassiana Cassenotti | manhã | Ensino médio | Bacharel e Licenciatura em Educação física | | | PROFE20N09 |
| Luciane Godoy Bonafini | Manhã e Tarde | Magistério | Pedagogia | Educação Ambiental | Mestrado Profissional no Ensino das ciências Ambientais | PROFF20N18-1 PROFE20N03-1 |
| Silvana Rodrigues da Silva | Manhã e Tarde | Magistério | Pedagogia | Gestão Escolar e Avaliação do Trabalho Pedagógico | | PROFE 20N17-1 PROFE 20N15-1 |

Horário de expediente

| FUNCIÓNARIO | MANHÃ | | TARDE | |
|------------------------------------|-----------|-----------|---------|-------|
| | ENTRADA | SAÍDA | ENTRADA | SAÍDA |
| Andriele Fanini | 7h 30min | 11h 30min | 13 h | 17 h |
| Cassiana Cassenotti | 10h 00min | 11h 30min | | |
| Luciane Godoy Bonafini | 7h 30min | 11h 30min | 13 h | 17 h |
| Silvana Rodrigues da Silva | 7h 30min | 11h 30min | 13 h | 17 h |
| Rosângela Ferreira da Veiga | 7h 30min | 11h 30min | 13 h | 17 h |



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



| Cargo/Função | | Quantidade |
|------------------------------------|---|------------|
| Diretor de Departamento (SEMEDI) | | 01 |
| Secretário Geral (SEMEDI) | | 01 |
| Equipe Pedagógica (SEMEDI) | | 01 |
| Assistente administrativo (SEMEDI) | | 01 |
| Serviços Gerais | | 01 |
| Professores | Educação Infantil Ensino Fundamental 1º à 5º ano | 04 |
| Outros (merendeira e vigia) | | 02 |
| Total | | 11 |

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, CULTURAL E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE ESCOLAR

A comunidade em que a Escola Municipal do Campo “Antônio Fontes” está inserida, se caracteriza por uma localidade de moradores que vivem da agricultura e pecuária familiar, comercializam seus produtos em feiras agrícolas, outros poucos moradores trabalham no centro urbano, localidade consideravelmente com poucos moradores, com casas distantes umas das outras, onde suas moradias e modos de vida são de boa qualidade.

A relação das crianças das comunidades campesinas em especial com a natureza é distinta das escolas do centro urbano, o contato com os animais, com as matas, com os rios, propicia uma infinidade de conhecimentos próprios das comunidades tradicionais, que são passadas desde cedo para as crianças, ignoradas muitas vezes pelas pessoas e pela escola. São também amplos espaços de lazer das crianças, suas brincadeiras são ligadas a natureza, aprendem a distinguir as espécies de plantas, árvores, pequenos insetos e vários animais.

A localidade apresenta características rurais, e está localizada de vegetação da mata atlântica, na parte litorânea do estado do Paraná. Temos a presença da massa de ar Tropical Atlântica, quente e úmida, favorecendo a Mata com bastante índices pluviométricos regulares durante o ano. Nesse bioma estão importantes bacias hidrográficas, sendo de

grande importância, tanto para o consumo humano que abastece a cidade, quanto para atividades industriais e agrícolas do município.

1.5 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E MATERIAIS

1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças e estudantes

Tabela com a organização do espaço físico

| Dependência | Quantidade | Condições de utilização | | Descrição? |
|---------------------------------|------------|-------------------------|------------|--|
| | | Adequada | Inadequada | |
| Sala de Professores | 01 | x | | Conta com uma impressora multifuncional, uma televisão, livros literários, onde usamos como sala de vídeo e de leitura para alunos e professores. E utilizamos para reuniões e sala de reforço escolar. |
| Sala de Aula | 02 | x | | Contamos com duas salas de aula, com carteiras boas, armários em bom estado, livros de literatura, ar-condicionado e com ventiladores. Compatíveis com a necessidade mínima de espaço para o trabalho com qualidade. |
| Depósito de material de limpeza | 01 | | x | Nesse depósito colocamos todos os materiais de limpeza, pedagógicos e escolares que não são utilizados frequentemente. |
| Refeitório e pátio coberto | 01 | x | | Utilizamos o pátio coberto da escola para o momento das refeições e aulas de Educação física |
| Cozinha | 01 | x | | É terceirizada pela Empresa Risotolândia. |



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



| | | | | |
|-------------------------------|----|---|--|--|
| Sanitário dos Professores | 01 | x | | O banheiro dos professores precisa de reparos e de mobiliário para produtos de limpeza, suporte para papel higiênico e sabonete líquido. |
| Sanitário dos alunos | 02 | x | | O banheiro dos alunos precisa de pintura e de vasos sanitários menores para alunos da educação infantil, suporte para papel higiênico, suporte para sabonete líquido, suporte para papel toalha e espelho para alunos. |
| Acessibilidade | | x | | Não oferecemos, é preciso a escola ser adaptada. |
| Equipamentos tecnológicos | | x | | Temos um computador sem instalação, temos uma televisão, uma impressora. Não temos internet. |
| Materiais didático-pedagógico | | x | | Livros PNLD e do Sistema de Ensino SEFE e diversos livros literários |

1.6 REGIME E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR

A Escola Municipal do Campo “Antônio Fontes” atua sobre o regime de funcionamento, na modalidade da Educação do Campo e etapas de Educação Infantil, sendo a primeira etapa de educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 4 e 5 anos, e o Ensino Fundamental, do primeiro ao quinto ano, tendo por objetivo a formação básica do cidadão, a partir dos 6 anos de idade.

A escola funciona no período matutino das 07h30min às 11h30min e vespertino das 13h às 17h. Nesse ano letivo nossa escola atende no período matutino uma classe



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



multisseriada, sendo alunos da turma de 3º e 4º ano e outra turma regular de 5º ano, no período vespertino atendemos a Educação Infantil, com uma turma multisseriada de Pré I e Pré II e uma outra turma multisseriada, sendo de alunos de 1º e 2º ano. Com total de 18 alunos distribuídos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental - Séries Iniciais.

Os alunos em sua maioria estão dentro da faixa etária normal para cada ano, não temos alunos evadidos, nenhum repetente, temos uma aluna do quarto ano que está aguardando que a responsável (mãe), consiga o encaminhamento médico para ser avaliada em clínica particular.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO

| AULAS | MATUTINO | VESPERTINO |
|-----------|---------------------|----------------|
| ENTRADA | 7h30min | 13h |
| INTERVALO | 09h30min x 09h50min | 14h40min x 15h |
| SAÍDA | 11h30min | 17h |

1.6.1 Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas por turmas

Abaixo segue tabela com a constituição de turmas, número de alunos e turnos de funcionamento referente ao ano de 2024.

| Educação Infantil | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------|--------|------------|--------|-------|-----------|----------|
| | MATUTINO | | VESPERTINO | | TOTAL | | |
| | Turma | Alunos | Turma | Alunos | Turma | Alunos | Inclusão |
| Pré I | | | 01 | 02 | 01 | 02 | 00 |
| Pré II | | | 01 | 03 | 01 | 03 | 00 |
| TOTAL | | | 02 | 05 | 02 | 05 | 00 |
| Ensino Fundamental – séries iniciais | | | | | | | |



| ANO/E.F. | MATUTINO | | VESPERTINO | | TOTAL | | |
|--------------|-----------|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | Turma | Alunos | Turma | Alunos | Turma | Alunos | Inclusão |
| 1º ano | | | 01 | 01 | 01 | 01 | 00 |
| 2º ano | | | 01 | 03 | 01 | 03 | 00 |
| 3º ano | 01 | 02 | | | 01 | 02 | 00 |
| 4º ano | 01 | 03 | | | 01 | 03 | 00 |
| 5º ano | 01 | 04 | | | 01 | 04 | 00 |
| TOTAL | 03 | 09 | 02 | 03 | 05 | 13 | 00 |

1.6.2 Critérios de distribuição de turmas anualmente

O critério de distribuição de turmas em nossa instituição de ensino, variam dependendo das necessidades dos alunos e a disponibilidades de professores levando em conta vários fatores como o perfil da turma, professor, vínculos e o ensino em turmas multisseriadas.

1.6.3 Projetos próprios das instituições e oferecidos pela mantenedora

Nome do projeto: Momento da Leitura.

Justificativa: O referido Projeto tem como foco centralizador o despertar pelo hábito prazeroso no mundo da leitura. Através da leitura deleite iniciar e incentivar o gosto pela leitura.

Público: Alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental

Período de realização: fevereiro a dezembro

Carga horária destinada: Diariamente

Responsáveis: Professores

Disciplinas envolvidas: Língua Portuguesa

Desenvolvimento: Todos os dias os professores realizam a leitura deleite. No momento da Leitura os professores deixam os alunos imaginarem a história ouvida, onde os alunos podem estar deitados em colchonetes no chão (educação infantil), na área externa da sala



ou em outros locais que possam auxiliar no despertar o gosto e o hábito da Leitura.

Avaliação: Os alunos serão mediados diariamente através de alguns questionamentos sobre o texto lido, o objetivo é desenvolver o gosto e a curiosidade por ler.

Nome do Projeto: Pequenos Vigilantes ambientais

Justificativa: A justificativa é pensada no cuidado que devemos ter com a natureza desde pequenos e para isso o despertar através da observação da natureza começa desde cedo principalmente na família e na escola, através de pesquisas e observações da natureza, valorização da comunidade e sua historicidade, ou seja, através de análises dos recursos e ativos específicos do território onde moram, busca-se pensar alternativas de desenvolvimento que inclua as pessoas, sua cultura e seus saberes locais como potencial econômico para um desenvolvimento de educação ambiental com base comunitária, solidária e sustentável.

Público-alvo: Alunos dos 1º e 5º anos

Período de realização: Integralmente

Carga horária destinada: 8 horas semanais

Responsável(eis): Professores e funcionários

Disciplinas envolvidas: Interdisciplinar

Desenvolvimento: O Projeto é desenvolvido através de atividades em sala de aula, com auxílio de material impresso, vídeos, rodas de conversas, passeios, que visa estimular os alunos com o cuidado com o Meio Ambiente. Essa ação contribuirá na participação dos alunos e comunidade em todo o processo, análise dos resultados, visando um planejamento para a melhoria e desenvolvimento ambiental local. Realizar-se-ão propostas de intervenções: (entrevistas, palestras, reuniões, jornal ambiental, limpezas de horta escolar, plantio de mudas, coleta de resíduos, coleta seletiva, lixeiras ecológicas, placas ecológicas, horta na escola, compostagem, trilha ecológica e poleiro na escola).

Avaliação: Os alunos serão avaliados diariamente através das realizações e finalizações das atividades proposta e no final do ano, realização de exposição dos trabalhos realizados.

Em determinados momentos do ano letivo, são apresentados alguns dos projetos



ofertados pela mantenedora, por meio do departamento de projetos que são: **Projeto Porto Escola** - O projeto é uma parceria entre a Prefeitura de Paranaguá através da SEMEDI com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA). Com o objetivo é ensinar, de forma lúdica, a importância da atividade portuária para a economia local e nacional, além de falar sobre as características da baía de Paranaguá, o correto gerenciamento de resíduos sólidos, e os procedimentos de segurança vigentes no porto.

CAIUBI - Programa Klabin Caiubi que apresenta o tema “Proteger as florestas é conservar a água”. Os professores utilizam uma cartilha fornecida pela empresa com vários temas que podem ser aplicados as aulas como material complementar.

SEMMA na escola - a Secretaria de Meio Ambiente de Paranaguá, promove a conscientização ambiental entre os estudantes nas Escolas. Durante a apresentação do projeto, os estudantes são instruídos sobre a importância de separar e descartar corretamente os resíduos, além de aprender sobre técnicas de compostagem para reduzir o impacto ambiental, os estudantes também são incentivados a serem agentes mirins na preservação ambiental.

VELHA INFÂNCIA - Desenvolvido em parceria com o Ministério Público e com o Lar dos Idosos Perseverança, tem como objetivo principal proporcionar momentos de interação entre crianças e idosos, promovendo a intergeracionalidade e a consciência social.

PROJETO ILHA ARTE E PALHAÇARIA - O projeto tem como objetivo levar cultura e arte para os povos caiçaras, que tem pouco ou quase nenhum acesso ao teatro, em comunidades mais distantes, geralmente com pouco contato com essa linguagem. A arte e a palhaçaria é, além de um grande desafio, uma maravilhosa experiência, que certamente proporciona diversas conexões e resultados.

1.6.4 Quadro de horários da equipe docente e hora-atividade

PERÍODO MATUTINO

| SEGUNDA | TERÇA | QUARTA | QUINTA | SEXTA |
|--------------|---------------|--------------|--------------|--------------|
| Luciane (2H) | Andriele (2H) | Andriele(4H) | Luciane (4H) | Silvana (4H) |
| Silvana (2H) | | Andriele(4H) | Luciane (4H) | Silvana (4H) |



PERÍODO VESPERTINO

| SEGUNDA | TERÇA | QUARTA | QUINTA | SEXTA |
|----------------|--------------|---------------|---------------|--------------|
| Luciane (2H) | Silvana (2H) | Andriele (4H) | Luciane (4H) | Silvana (4H) |
| Andriele (2H) | | Andriele (4H) | Luciane (4H) | Silvana (4H) |

1.6.5 Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos; em áreas vedes e recreio dirigido

Nossos alunos utilizam o pátio coberto para realizarem suas brincadeiras e aulas extracurriculares. Temos um campinho, mas não o utilizamos com frequência devido ao terreno não ser ideal, porém realizamos atividades extracurriculares, aulas de campo próximo à escola, visando explorar e despertar nas crianças o interesse pelos conteúdos trabalhados. No pátio coberto são realizadas também as aulas de educação física propiciando e contemplando o desenvolvimento motor, afetivo, social e cognitivo. Que podem assumir diferentes relações nos conteúdos conforme a faixa etária dos alunos. Sendo elas: jogos, atividades rítmicas e expressivas, ginástica, lutas, adaptadas ao espaço e materiais disponibilizados na escola.

Espera-se também que os alunos por meio da Educação Física escolar, possam melhorar, adquirir, ampliar e ter acesso a alguns componentes essenciais da educação física escolar, que em determinados momentos só serão realizados em sala, sendo eles: adquirir conhecimento de como melhorar a qualidade do movimento, conhecendo as informações essenciais das habilidades motoras básicas e suas combinações, para aplicá-las na organização espacial e temporal dos diferentes jogos; ampliar seu repertório motor, demonstrando capacidade de executar as habilidades básicas de locomoção, manipulação, estabilização e suas combinações; adquirir conhecimentos acerca das dimensões biológicas, comportamentais e sócio culturais do movimento, suas implicações e os



aspectos conceituais inerentes a ela; ter acesso à cultura do movimento, conhecendo a história, as regras e as curiosidades sobre jogos, esportes, atividades rítmicas e expressivas, ginástica e lutas.

Quanto a atividades de campo, fora do ambiente escolar (no ambiente urbano), fica a critério da mantenedora e do departamento de projetos da SEMEDI viabilizar as atividades que possam ser realizadas em espaços pedagógicos fora do ambiente escolar, seja por meio de projetos ou passeios monitorados.

1.6.6 Plano de Atendimento Emergencial

As impensadas interferências humanas no meio ambiente têm acarretado sérias consequências para a população. Diariamente temos notícias de desastres ao redor do mundo. O Brasil pouco é afetado por desastres naturais de grande magnitude tais como terremotos, maremotos, tufões e tornados, porém, vem sofrendo as consequências das mudanças climáticas e tem registrado em seu território ocorrências como enchentes de grandes proporções, que provocam deslizamentos de encostas, inundações de cidades, causando não só perdas materiais, mas também de vidas.

Também não restam dúvidas de que tais eventos se potencializam quando não há uma cultura prevencionista que mantenha cada habitante preparado para agir diante de uma ocorrência desastrosa. Não se pode evitar a ação da natureza, mas podemos minimizar seus efeitos quando enfrentamos as ocorrências de maneira mais organizada.

Para a prevenção desses desastres as professoras receberam curso de treinamento de brigadistas e foram preparadas para qualquer emergência com o objetivo de garantir uma ação eficiente e segura para atender aos alunos. Receberam treinamento que faz parte da norma do Corpo de Bombeiros e receberam certificado de brigadistas, estando preparadas para agir em emergências. O Plano de Atendimento Emergencial envolve a retirada das crianças das escolas com segurança, rotas de fuga e ponto de encontro seguro, que faz parte do treinamento realizado pela Secretaria Municipal de Segurança.



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



O Plano de Evacuação da escola é um procedimento realizado pelas pessoas que trabalham na instituição, é uma ação de desocupação do prédio, que tem por objetivo minimizar e prevenir o máximo possível a ocorrência de acidentes que possam provocar danos pessoais. É a eficiência de um abandono que delimita as perdas humanas.

O professor ao receber o aviso de saída, libera os alunos para iniciarem o deslocamento em fila indiana, começando pelos mais próximos da porta. O professor se certifica da saída de todos os alunos, fecha a porta, mantendo-se como último da fila e evitando o pânico. Os alunos seguem em passos rápidos, sem correr, com as mãos cruzadas no peito. No ponto de encontro, o professor confere todos os alunos que estão sob a sua responsabilidade, informando as faltas se houver. Aos professores sugere-se a prática da chamada no início das aulas, para que em uma emergência, possa fazer a conferência dos alunos no Ponto de Encontro. Aos alunos a orientação é de que deixem todo o material na sala de aula e não retornem até que seja autorizado pelo responsável.

1.7 CALENDÁRIO ESCOLAR

CALENDÁRIO ESCOLAR

2024

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL

| JANEIRO | | | | | | | FEVEREIRO | | | | | | | MARÇO | | | | | | |
|---------|----|----|----|----|----|----|-----------|----|----|----|----|----|----|-------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | | | 1 | 2 | 3 | | | | | | | | |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | | | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| | | | | | | | | | | | | | | 31 | | | | | | |

| DIAS LETIVOS | | DIAS LETIVOS | | DIAS LETIVOS | |
|--------------|----|---------------|----|---------------|----|
| DIAS LETIVOS | 0 | DIAS LETIVOS | 13 | DIAS LETIVOS | 20 |
| Férias | 30 | Carga Horária | 52 | Carga Horária | 80 |
| Recesso | 0 | Recesso | 3 | Recesso | 0 |
| Feriado | 1 | Feriado | 0 | Feriado | 2 |

| ABRIL | | | | | | | MAIO | | | | | | | JUNHO | | | | | | |
|-------|----|----|----|----|----|----|------|----|----|----|----|----|----|-------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | | | 1 | 2 | 3 | 4 | | | | | | | |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 28 | 29 | 30 | | | | | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | | | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |
| | | | | | | | | | | | | | | 30 | | | | | | |

| DIAS LETIVOS | | DIAS LETIVOS | | DIAS LETIVOS | |
|---------------|----|---------------|----|---------------|----|
| DIAS LETIVOS | 22 | DIAS LETIVOS | 19 | DIAS LETIVOS | 20 |
| Carga Horária | 88 | Carga Horária | 76 | Carga Horária | 80 |
| Recesso | 0 | Recesso | 1 | Recesso | 0 |
| Feriado | 1 | Feriado | 2 | Feriado | 0 |

| JULHO | | | | | | | AGOSTO | | | | | | | SETEMBRO | | | | | | |
|-------|----|----|----|-------|----|----|--------|----|----|----|----|----|----|----------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | | | 1 | 2 | 3 | | | | | | | | |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 |
| 28 | 29 | 30 | 31 | *SEFE | | | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 29 | 30 | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| DIAS LETIVOS | | DIAS LETIVOS | | DIAS LETIVOS | |
|---------------|----|---------------|----|---------------|----|
| DIAS LETIVOS | 12 | DIAS LETIVOS | 21 | DIAS LETIVOS | 21 |
| Carga Horária | 48 | Carga Horária | 84 | Carga Horária | 84 |
| Recesso | 10 | Recesso | 0 | Recesso | 0 |
| Feriado | 1 | Feriado | 0 | Feriado | 1 |

| OUTUBRO | | | | | | | NOVEMBRO | | | | | | | DEZEMBRO | | | | | | |
|---------|----|----|----|----|----|----|----------|----|----|----|----|----|----|----------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | | | 1 | 2 | 3 | | | | | | | | |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 22 | | | | | | |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| DIAS LETIVOS | | DIAS LETIVOS | | DIAS LETIVOS | |
|---------------|----|---------------|----|---------------|----|
| DIAS LETIVOS | 21 | DIAS LETIVOS | 20 | DIAS LETIVOS | 12 |
| Carga Horária | 84 | Carga Horária | 80 | Carga Horária | 48 |
| Recesso | 1 | Recesso | 0 | Recesso | 9 |
| Feriado | 2 | Feriado | 2 | Feriado | 1 |

| LEGENDA | |
|--|--|
| FÉRIAS | |
| INÍCIO/TERMINO DO TRIMESTRE | |
| FORMAÇÃO CONTINUADA | |
| PLANEJAMENTO | |
| REFORMULAÇÃO PPP | |
| PRE - CONSELHO | |
| CONSELHO DE CLASSE | |
| PÓS - CONSELHO | |
| ENTREGA BOLETEM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO | |
| RECESSO ESCOLAR | |

| MÊS | FERIADOS |
|-----|---|
| JAN | 01 CONFRATELIZAÇÃO UNIVERSAL |
| MAR | 29 PASSÃO DE CRISTO 31 PASCOA |
| ABR | 21 TRIDENTES |
| MAI | 01 DIA DO TRABALHO 30 CORPUS CHRISTI |
| JUL | 29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ |
| SET | 07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL |
| OUT | 07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO 12 NOSSA SENHORA APARECIDA |
| NOV | 02 FRIADOS |
| NOV | 15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA |
| DEZ | 25 NATAL |

| PERIODOCIDADE | |
|--|--|
| 1º Trimestre - 08/02 a 17/05 - 66 dias | |
| 2º Trimestre - 20/05 a 30/08 - 61 dias | |
| 3º Trimestre - 02/09 a 18/12 - 74 dias | |

| | |
|---------------------|-------|
| Dias Letivos | 201 |
| Atividades Docentes | 12 |
| Carga Horária | - 804 |
| Total de Férias | 30 |
| Total de Recesso | 24 |

Tenile Cibele do Rocio Xavier
Tenile Cibele do Rocio Xavier
 Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
Paula da Silva Inacio Pereira
 Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
Ronaldo Cardoso Alboite
 Diretor do Departamento de Ensino Fundamental

Tatiana Passos
Tatiana Passos
 Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMED - PÁGUA - Deliberação nº 64/2023
 Paranaguá, 22 de novembro de 2023.



1.8 Calendário das reuniões do Conselho Escolar

O calendário de reuniões do Conselho Escolar está sendo revisto e atualizado, para atuação da próxima diretoria.

2 CONCEPÇÕES

A Escola Municipal do Campo “Antônio Fontes” busca, através da autonomia, da criatividade, da percepção sistêmica, da realidade e do espírito cooperativo dos educandos, promover coletivamente estratégias de aprendizagens significativas que possibilitem, aos nossos alunos, identificar novas formas de se relacionar com o mundo, valorizando sempre a natureza.

O Ensino Municipal do Campo, pode oferecer bons resultados, pois a qualidade está muito mais relacionada à formação inicial e continuada de professores e à assistência permanente por serviços de supervisão e apoio pedagógico, que a Secretaria Municipal de Educação (SEMEDI) possibilita, o prédio precisa estar sempre em boas condições de uso, com equipamentos adequados, material didático específico de acordo com a característica de educação do campo e oferecimento de alimentação escolar apropriada e adequada. Tudo isso precisa estar envolvido pela participação das famílias, da comunidade local e de sua mantenedora.

2.1. CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE

A sociedade é formada por uma estrutura ampla de indivíduos, onde se estabelecem relações, quase sempre, impessoais, mas que possuem uma aparente coletividade. As transformações que ocorrem na sociedade, influenciam em nossas vidas, por isso



precisamos nos dar conta de tudo o que está ao nosso redor, seu entorno, se interrelacionando num projeto comum que nos conceda uma identidade de pertencimento.

E a escola tem papel importante no desenvolvimento destas transformações da sociedade, buscando formas de aplicar aquilo que queremos para o futuro de nosso mundo, ajudando uns aos outros, viver em sociedade é uma necessidade humana e educação sempre contribuiu para o desenvolvimento da sociedade. A qual busca nas raízes da educação o verdadeiro sentido para sua evolução cultural, principalmente. Pois, é através desta interação que existem contribuições, porque a sociedade só se torna moderna com a evolução da educação.

2.1.1. Fundamentação Teórica

A legislação educacional brasileira apresenta uma ampla base legal para a instituição de políticas diferenciadas para o atendimento escolar das pessoas que vivem no campo. Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo “Antônio Fontes” – Educação Infantil e Ensino Fundamental, foi elaborado coletivamente para atender as necessidades escolares da comunidade da Colônia São Luiz, Colônia Santa Cruz, Colônia das Palmeiras, Colônia Nácar e Colônia Quintilha.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo “Antônio Fontes” está embasado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 que estabelece o atendimento à Educação Infantil e Ensino Fundamental, incluindo o Ensino Fundamental de nove anos”, de acordo com a Lei nº 11.274/2006, que determina que a jornada escolar Municipal do Ensino Fundamental, a partir do ano de 2008, deverá ser implantada para o Ensino Fundamental de nove anos, sendo que, obedecerão quatro horas de trabalho regular em sala de aula de acordo com a deliberação do COMED 01/2010, sendo complementada com a Lei nº 11.114/2005 que torna obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade, baseado no Art. 6 que é dever dos pais ou



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



responsáveis efetuar matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade no Ensino Fundamental.

Os artigos 12º e 13º da Lei nº 9394/96, citam normas que devem ser estabelecidas no sistema de ensino da escola, como a elaboração do seu Projeto Político Pedagógico; a administração dos profissionais da área administrativa e pedagógica, e os recursos materiais e financeiros; assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; velar pelo cumprimento do plano de trabalho docente; prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos e notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei, e os docentes são incumbidos de: participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola; elaborar um plano de trabalho, segundo o projeto Político Pedagógico; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e comunidade.

Segundo o art. 28 na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente referente aos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; enfatizando a organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e a adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Entende-se na citação feita no art. 23, que a educação básica poderá organizar-se em anos, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



recomendar, sendo que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Dessa forma, é necessário que na elaboração do Calendário Escolar esteja previsto o cumprimento dos dias e horas letivas estabelecidas em lei, com a presença e a exigência de frequência dos alunos, sob efetiva orientação dos professores. A carga horária mínima anual de oitocentas horas é um direito do educando. O parágrafo 2º do art. 23 da LDB, ao abrir a possibilidade de que os calendários se adequem às peculiaridades locais, expressamente alerta: “sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei”.

A lei deixa claro que a flexibilidade na organização do calendário letivo (e, por consequência, dos dias letivos), não compreende a possibilidade de diminuição das horas letivas a que o aluno tem direito e, portanto, a Unidade Educacional tem o dever de garantir.

O Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil deverá considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

A Lei nº. 12.796/2013 ajusta a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) à Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade. As crianças brasileiras devem ser matriculadas na educação básica a partir dos quatro anos de idade. Para atender essa obrigatoriedade cabe aos pais e responsáveis realizarem as matrículas junto as instituições e as redes municipais e estaduais de ensino se adequarem, fornecendo transporte, alimentação e material didático aos alunos de 4 a 17 anos.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), deve ser construído num processo coletivo e democraticamente com a comunidade e os diferentes segmentos que compõem a instituição de ensino e devem ser mantidos atualizados anualmente. Os elementos do PPP seguem a Deliberação COMED/PGUÁ Nº 02/23.



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo “Antônio Fontes” está de acordo com todos os artigos relacionados obedecendo todas as normas estabelecidas pela SEMEDI/Secretaria Municipal de Educação Integral e pelo COMED/ Conselho Municipal de Educação – do Município de Paranaguá. De acordo com a deliberação nº 02/2023 – COMED/Paranaguá, no art. 2º, os Projetos Políticos Pedagógicos dos estabelecimentos de ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino serão elaborados, atualizados ou reformulados contemplando os aspectos contidos na presente deliberação.

A política da Educação do Campo, como foi intitulada, regulamentou-se por meio das Diretrizes Operacionais para a Educação e da Câmara da Educação Básica nas escolas do campo, aprovada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), conforme a Resolução 01/2002 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara da Educação Básica – publicada no Diário Oficial da União, no dia 09 de abril de 2002 e, desse modo, ampliou os espaços de embates e conciliações entre os atores sociais do campo do Estado, conforme enfatiza Faleiros (1987), no sentido de formular e implementar políticas públicas condizentes a sua realidade.

Nossa escola tem como orientação as Diretrizes Municipais para Educação do Campo, constituída pela deliberação COMED/PGUÁ, Nº 01/2011, que institui aos Estabelecimentos de Ensino da Educação do Campo integrantes ao Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, sua organização, articulação e desenvolvimento.

2.1.2. Direitos Humanos

Na origem dessas iniciativas governamentais, inéditas na sociedade brasileira, é possível identificar diversas articulações e mobilizações da população rural que, através de suas organizações e movimentos sociais, têm buscado reagir ao processo de exclusão social, reivindicando novas políticas públicas que garantam não apenas o acesso à



educação, mas fundamentalmente, a construção de uma escola e de uma educação do campo.

E aqui torna-se necessário ressaltar que, muito mais que uma simples mudança de nomenclatura – rural para campo - a expressão educação do campo consistiu um dos traços marcantes da idade de um movimento, nacional que vem se consolidando na luta por políticas públicas que garantam o direito da população rural a uma educação que seja no campo e do campo.

Formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo devem ter acolhidas, como a pedagogia da terra, pela qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações, e a pedagogia da alternância na qual o estudante participa concomitante e alternadamente, de dois ambientes/situações de aprendizagens: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante. (Resolução CNE/CEB nº 04/2010- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica).

2.1.3. Políticas de Inclusão

A educação, como processo contínuo, vem se modificando e revendo suas concepções e objetivos, e tem como grande desafio a proposta da inclusão. Frente a esse processo, a educação especial passou por muitas modificações até chegarmos aos dias de hoje, tanto na forma como a sociedade vê a pessoa com deficiência, como nas denominações, conceitos referentes a elas e, principalmente, quanto ao atendimento educacional.

As mudanças educacionais ao longo do tempo, em cada época, suas finalidades, atribuições e objetivos socialmente valorizados, como sintetiza Gadotti (2002). Esse autor fala então do período em que estamos vivendo, denominado pós-modernidade e destaca o multiculturalismo, que considera a diversidade cultural, a educação para todos pautada nos direitos humanos. Enquanto a educação moderna pregava a igualdade desconsiderando



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



as diferenças, a educação pós-moderna busca a igualdade, mas sem eliminar as diferenças. Estas idéias de Gadotti (2002) vão ao encontro de algumas propostas colocadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, parecer nº 17/2001, quando é citado um dos ideais que deve sustentar a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, o princípio da equidade, que consiste em construir uma identidade própria reconhecendo a identidade do outro, no direito à igualdade e no respeito às diferenças. Esse princípio também assegura a necessidade de existirem condições diferenciadas para o processo educacional.

Essas questões também reforçadas pela Lei nº 9.394/96 colocam para a escola regular a responsabilidade de encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças, buscando dessa forma constantes reflexões sobre a prática pedagógica, modificações e adaptações do meio em uma nova organização da estrutura escolar. As diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Parecer nº 17/2001, salientam que a política da inclusão não significa apenas a permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas consiste num desafio e ousadia de rever a estrutura escolar, procurando desenvolver o potencial do aluno, respeitando suas diferenças e atendendo a suas necessidades.

A aceitação das diferenças na escola não envolve somente os professores, a direção os pais, mas também os alunos, que precisam na medida em que constroem suas identidades nas cinco relações, respeitar e aceitar o outro, o que exige motivação pessoal, participação em grupo e espaços que incentivem essas construções. Essa é uma tarefa essencial, pois vivemos em uma sociedade que valoriza a competição, o individualismo, então a escola é um local que precisa definir, com seus alunos, os valores, o diálogo, a solidariedade, mostrando como se colocar no lugar do outro e crescer com ele.

Ao pensarmos uma escola inclusiva, uma escola que reconhece as diversidades, são necessárias ações que auxiliem o professor no trabalho com os alunos, pois a tarefa de atuar com o coletivo mas, ao mesmo tempo, com o individual, não é tarefa fácil e muitas vezes gera angústias para o educador, como nos mostra Tardif; Lessard (2005, p.71). Cada



aluno tem, em princípio, tanta importância quanto todos os outros; conseqüentemente, o professor precisa ocupar-se igualmente com cada um deles, mas cada aluno é diferente e tem necessidades e expectativas particulares.

Análise de avanços e dificuldades

Repensar a organização escolar da escola inclusiva, de forma que considere as diferenças dos alunos, significa romper com estruturas rígidas e adotar a flexibilização na criação de novas organizações, como nos mostra Rosseto, (2005, p.52).

A estrutura rígida sobre a qual está organizado o ensino em muitos estabelecimentos não possibilita nenhuma flexibilização para o trabalho com a inclusão. No entanto, o trabalho pedagógico, a partir dos centros de interesse, grupos móveis, oficinas, atelieres e tantas outras possibilidades de organizar a aprendizagem, pode facilitar a convivência a partir das individualidades, sejam advindas de um aluno especial ou não.

A educação inclusiva é um processo, ainda há um longo caminho a percorrer, e esta construção não pode negar o papel do educador especial, do atendimento especializado, do apoio pedagógico, mas tentar de uma forma mais integradora possível se utilizar desses recursos. Nesse sentido, Mello (2005, p. 14) ao refletir sobre a educação especial e a escola inclusiva, afirma:

(...) a educação especial consiste no reconhecimento da diferença e da necessidade de serem oferecidas condições diferenciadas para o desenvolvimento de cada indivíduo dentro do processo educacional. Por meio dela se legitima o direito ao acesso e permanência na escola daqueles que até então, ao longo de toda nossa história nacional, ainda não haviam sido socialmente respeitados e valorizados.



2.2. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

2.2.1. Fundamentação Teórica

A política educacional Brasileira expressa, em seus princípios filosóficos, que a educação tem como finalidade a formação de um ser criador, reflexivo, produtivo e transformador, capaz de compreender as relações humanas, interagir com elas e construir, coletivamente, melhores condições de vida.

Este ser humano criador, reflexivo, produtivo e transformador é aquele que analisa, compreende, produz e usufrui dos bens materiais e culturais que constituem a sociedade em determinado momento histórico. O objetivo que se quer alcançar, ao longo do processo educativo, é propiciar o domínio do conhecimento necessário para responder às exigências da vida em sociedade. O ser humano, para a sua sobrevivência “necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza criando um mundo humano (o mundo da cultura)” (SAVIANI, 1991, p 19).

A função da educação escolar é propiciar o exercício da democracia expansão da cidadania, direcionando o processo de apropriação e produção dos conhecimentos na busca de uma sociedade mais justa e humana.

Constituição Federal/88

Art. 6º - a educação como um direito social de todo o brasileiro;

Art. 205 – dispõe que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família;

Art. 206, inciso I, defende a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208, inciso I, o Ensino Fundamental gratuito a todos, independentemente da idade; no inciso III, ao atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, e no inciso VII, aos programas suplementares de material didático, dentre outras necessidades de apoio;



Art. 229, chama atenção especial dos pais para o dever de assistir, criar e educar os filhos menores.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90

Art. 5º- garante os direitos constitucionais fundamentais da criança e do adolescente.

Art. 53 – incisos I, II e III: assegura-lhes igualdade de condições, acesso e permanência na escola pública e gratuita, próxima à sua residência.

Art. 54 - lhes confere o direito ao atendimento especializado.

Art. 55 – estabelece como dever dos pais matricularem os filhos no sistema de ensino.

Código Penal, Lei nº 2848/40.

Art. 246, com punição de multa ou detenção de 15 dias a um mês, a quem deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho em idade escolar.

LDB 9394/96

Resolução CNE/CEB Nº 04/10 Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Deliberação COMED 02/2009 - Estabelece normas relativas à definição do Calendário escolar para os Estabelecimentos de Ensino de Educação Infantil e de Ensino Fundamental séries iniciais do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Deliberação COMED Nº 03/2009 estabelece Normas para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR, para a Autorização de Funcionamento, de Renovação da Autorização de Funcionamento e de Cessação das Atividades Escolares.

Ensino Fundamental

DELIBERAÇÃO COMED N.º 02/2010 - Estabelece normas para criação, autorização de funcionamento, renovação da autorização de funcionamento, verificação, cessação de



atividades escolares de estabelecimentos municipais do Ensino Fundamental, e de Experiência Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, Estado do Paraná. DELIBERAÇÃO COMED N.º 03/2010 - Normas para a elaboração do Projeto Político Pedagógico dos Estabelecimentos Municipais do Ensino Fundamental que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, Estado do Paraná.

DELIBERAÇÃO COMED N.º 04/2010 - Normas para a elaboração dos Regimentos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá.

Educação do Campo

DELIBERAÇÃO COMED N.º 01/2011 - Diretrizes Municipais Operacionais para a Educação do Campo do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR.

2.2.2. Concepção de Infância e Criança

A ideia de infância apresenta-se de forma heterogênea no interior de uma mesma sociedade e em diferentes épocas. É uma noção historicamente construída, que sofre influências legais, culturais e, portanto, tem se modificado ao longo dos tempos. Do ponto de vista da ciência que estuda o desenvolvimento humano, a infância é o período de crescimento que vai do nascimento até a puberdade. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, criança é a pessoa até os doze anos de idade.

A Constituição Federal de 1988 estabelece um caráter diferenciado para a compreensão da infância, os pequenos passam a ser sujeitos de direitos e em pleno desenvolvimento desde seu nascimento. Assim, pode-se caracterizar infância como uma produção social e histórica e não, simplesmente, uma fase biológica e natural de um processo de crescimento que passa para a adolescência e, depois, para a vida adulta.

Sendo um sujeito único em pleno e constante desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional, a criança possui uma natureza singular que a caracteriza como ser



que sente e pensa o mundo de um jeito muito próprio, o jeito da infância. Assim, a criança também compõe a sociedade, estando em permanente processo de humanização, num contexto que apresenta diversidade socioeconômico-cultural.

Tal diversidade, na escola de Educação Infantil necessita ser respeitada, orientada, escutada em seus anseios e curiosidades, para que as crianças possam viver sua infância brincando, sonhando, imaginando. Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil.

Segundo Steams (2006), algumas características são tidas como universais. Toda criança é dotada de fragilidade e necessita de atenção e cuidados especiais, como alimentação e cuidados físicos, requerendo estes cuidados durante muito tempo. Além disso as crianças são vistas como seres diferentes dos adultos, que precisam ser preparadas para esta outra fase da vida. Porém, o tratamento destas características tidas como universais nem sempre foram respeitadas. Durante o século XV e XVI, as crianças morriam, pois não tinham a devida atenção para com sua saúde. Apenas no século XVII e XVIII as crianças começaram a ser vistas de outra forma.

No que se refere a criança na educação infantil, deve-se considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

2.2.3. Articulação entre as ações de cuidar e educar

A escola sempre deverá estar aberta ao diálogo e a participação da família, da mesma forma, a família deverá sempre estar atenta ao que a escola se propõe a fazer, deverá haver um ambiente propício para um bom relacionamento, sempre pensando no bem-estar, na aprendizagem e no desenvolvimento da criança, ninguém pode negligenciar, ou deixar de cumprir o seu dever, de educar bem, de cuidar e de proteger, mais do que



nunca a família e a escola devem conhecer e fortalecer suas participações para o bem-estar da criança.

As professoras/escola/equipe, preparam atividades lúdicas interessantes, criativas, adequadas e bem elaboradas com o objetivo de facilitar a adaptação e desenvolver a confiança no educador e no ambiente escolar. Não esquecendo que paciência, tolerância e bom-senso são primordiais nesse processo. O planejamento de ser significativo, promovendo atividades de interação utilizando muita cor, música, água, areia e texturas.

2.2.4 Transição da educação Infantil para o Ensino Fundamental

Em relação à articulação entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental verificamos uma acentuada dicotomia. Por um lado, a educação infantil, historicamente baseada num eixo que é a infância e a sua peculiaridade, que envolve o jogo, a imaginação, o brincar, a expressão em inúmeras linguagens, e de outro choca-se frontalmente com a primeira série do ensino fundamental que se encontra sob a lógica da escolarização com a função de instruir a criança, essencialmente, nas primeiras letras. Assim, a criança vista como criança na educação infantil passa ser o aluno aprendiz por natureza no ensino fundamental.

A falta de articulação entre as classes do pré-escolar em educação infantil e a primeira série do ensino fundamental pode comprometer a futura aprendizagem das crianças, especialmente porque elas sofrem uma ruptura no entendimento do que seja escola, aprender na escola e qual o status do brincar no cotidiano institucional.

As tentativas de articulação entre os dois níveis de ensino apontam para uma abordagem central de padronizar o desempenho das crianças ao seu sucesso escolar ou a pré-escola a serviço da escolarização. Para que aconteça essa inserção nessa escolaridade, torna-se prioritário a existência de um projeto educacional, que possibilite a criança o acesso ao conhecimento cognitivo, por meio da estimulação constante na área visual, motora ou sensorial a fim de que lhes serão úteis no seu desenvolvimento



acadêmico futuro.

É importante dizer que nesta fase de articulação, trabalhar com o lúdico nas práticas educacionais é essencial. As crianças precisam aprender brincando, pois assim ela está criando os alicerces de sua personalidade. A atividade lúdica é fundamental, pois contribui para sua vida afetiva e intelectual. Se tivermos crianças que brincam, se aventuram em algo novo, teremos alunos equilibrados e seguros no decorrer dos anos escolares.

Para que a criança não sinta muito impacto na transição da Educação Infantil para as séries iniciais, a articulação é muito importante, pois a rotina muda, e essa ruptura é sentida pela criança, podendo vir a interferir na sua aprendizagem e adaptação. Ações realizadas para dar continuidade na adaptação na rotina do aluno e gerar uma boa transição é continuar com a hora da história, hora do brinquedo, hora da higiene, continuar com a oferta de atividades lúdicas e estimulantes, sendo alteradas ou substituídas, ou adaptadas pela necessidade do ano de aprendizagem.

2.2.5. Transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental

Segundo a revista Nova Escola, para um aluno, a passagem entre etapas de ensino não virá sem dificuldades. Mudam o espaço, os horários, os colegas e os professores. No início da vida escolar, impõe-se uma dura separação da criança com sua família. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as brincadeiras em sala de aula começam a dar lugar a atividades mais intensas e cobranças. Nos Anos Finais, surgem os professores especialistas, as provas cada vez mais exigentes e o desabrochar da adolescência – uma transição por si só difícil. Mas não há orientações sobre a passagem dos anos iniciais para os anos finais.

Nossa escola procura trabalhar com os alunos a compreensão de cada realidade pra que os alunos possam estar preparados para que a transição aconteça de forma harmoniosa e tranquila. Que eles possam ter adquirido as aprendizagens necessárias para acompanhar com tranquilidade os próximos anos, fases e etapas que a vida lhe



proporcionará.

2.2.6. Educação Inclusiva

Entendemos que a educação inclusiva é uma educação que prestigia a todos os seres humanos, possibilita a valorização de suas histórias, dificuldades, talentos e desejos. Ela a todos, toda a comunidade escolar, as famílias, suas histórias e a história do entorno. O seu principal objetivo é ajudar todos os alunos, a desenvolverem o seu potencial máximo e a se preparar para a diversidade da vida como ela é, independente de suas condições e limitações particulares.

Com um exclusivo pensamento de oferecer educação de qualidade para todos, sem escolas homogêneas, respeitando a diversidade e eliminando todas as formas de discriminação e exclusão. A inclusão é, ao mesmo tempo, um direito e um desafio. Precisa ser fundamentado em diferentes métodos e metodologias para sua prática pedagógica e a aprendizagem cooperativa são fundamentais para uma educação inclusiva, pois precisa permitir que todos os alunos sejam formados de maneira que respeite suas diferenças individuais e promova a colaboração e o respeito mútuo.

Na nossa escola procuramos nos adequar as diferenças e necessidades de cada criança e sempre que necessário elaboramos flexibilização ou adaptação curricular articulando experiências e conhecimentos; sustentabilidade do processo inclusivo, trabalho em equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade.

2.2.7. Educação para as relações étnico-raciais

Segundo a Lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio, em conjunto com o Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes



Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas e com a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei que compõem um conjunto de aparelhos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000.

É nesse mesmo contexto que foi aprovado, em 2009, o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2009). As ações pedagógicas voltadas para o cumprimento da Lei nº 10.639/03 legitima uma significativa mudança não só nas práticas e nas políticas, mas também no imaginário pedagógico e na sua relação com o diverso, aqui, neste caso, representado pelo segmento negro da população.

Nossa escola busca trabalhar de forma que nossa história seja preservada e valorizada, pois nossa cidade, nosso estado e país preocupados em ensinar que só existe uma raça, a humana e que devemos negar qualquer tipo de racismo nas explanações, nas aulas e nas atividades. Buscamos um mundo mais inclusivo e lutamos contra qualquer tipo de discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira, que acontecem em razão dos aspectos culturais presentes na história e na vida dos descendentes de africanos.

2.2.8 Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e estudantes infrequentes

Nossa escola através da Instrução Normativa nº 04/2023 – SEMEDI, busca identificar, registrar, controlar e acompanhar os alunos que estão fora da escola, em situação de risco ou evasão escolar, usando de meios legais de comunicação que seriam o contato direto com os pais ou responsáveis, por telefone, WhatsApp, e outras formas que couber necessário no momento do acontecido.



Descrevemos todo o ocorrido detalhadamente em ata, com a assinatura dos pais ou responsáveis. São registrados a frequência dos alunos no Livro de Registro Classe Online. Tendo constatado a ausência de cinco dias consecutivos ou sete dias alternados dos(as) alunos (as) do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e quinze dias consecutivos ou trinta dias alternados para Educação Infantil, sem justificativa na participação das aulas, nós professores iniciamos o processo da busca ativa de acordo com o Sistema Educacional da Rede de Proteção – SERP.

2.2.9 Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar

O Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP), publicada em 28 jun. 2022 a Lei nº 14.382/2022, é o sistema para preenchimento e fluxo dos encaminhamentos previstos no Caderno do Programa de Combate ao Abandono Escolar (Pcae). O sistema permite a tramitação dos casos de infrequência na Rede de Proteção de forma on-line, eliminando as fichas físicas.

O SERP possibilita agilidade no registro e encaminhamento dos casos de crianças em situação de abandono escolar, registro de informações de maneira colaborativa por todos os equipamentos da Rede de Proteção, diagnóstico mais preciso dos casos de abandono escolar, consulta de registros de estudantes a qualquer tempo, redução de custos com deslocamento de pessoal e material impresso. O conselho tutelar tem acesso direto com o Sistema Educacional da Rede de Proteção – SERP.

2.3. CONCEPÇÃO DE GESTÃO

2.3.1 Fundamentação Teórica

A gestão democrática, se efetiva com a consciência pedagógica sobre o administrativo, demonstrada pela participação dos integrantes da escola bem como a da comunidade visando a divisão de responsabilidades através do exercício da cidadania.

Desenvolver uma cultura de participação e comprometimento supõe um redimensionamento dos papéis tradicionalmente executados e a utilização efetiva de órgãos colegiados existentes na escola. Do ponto de vista da direção espera-se o exercício efetivo da liderança enquanto elemento integrador e catalisador dos esforços do grupo.

Conferir à escola maior poder de decisão é sem dúvida, livrar as amarras que constituem entraves à realização dos seus projetos, porém, isso implica aumento de responsabilidades para seus membros, sobretudo para o diretor. Espera-se dele um trabalho de articulação tanto em nível interno, com seus pares, como com a comunidade de pais e representantes legais da comunidade ou ainda com as lideranças locais, a fim de obter o apoio necessário para a execução dos projetos assumidos pela comunidade escolar.

Sendo assim, a gestão da escola deve ser entendida como um processo que rege o seu funcionamento, compreendendo a tomada de decisões, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação referentes às políticas educacionais no âmbito da unidade escolar.

As relações com a comunidade escolar dimensionam os aparelhos de gestão participativa (Conselho Escolar, Conselho de Classe, reuniões pedagógicas). “Natural é criar instâncias e fazer parte delas. Extraordinário é exercer direção coletiva.” (Ademar Bogo).

A gestão democrática inclui a ampla participação dos representantes da comunidade escolar nas decisões/ações administrativo-pedagógicas nela desenvolvidas. Desenvolver um trabalho nos diferentes âmbitos do ambiente escolar criando uma consciência real do



papel que cada um pode desempenhar em busca de uma gestão pedagógica, democrática e participativa.

Não basta abrir as portas da escola para receber a comunidade, essa deve sentir preparada de forma consciente para participar – tornado-se de fato, uma gestão democrática de caráter participativo. (Cury, 2002). Atualmente vivemos em uma sociedade em constante transformação, a era da globalização modificou e continua modificando os ritmos da vida moderna, exigindo da instituição de ensino uma nova postura, onde as mudanças sejam perceptíveis, para que a mesma possa realmente ser inserida no contexto sociocultural onde se encontra localizada geograficamente.

2.3.2 Instrumentos de Gestão Democrática

Nossa escola tem como representatividade para defender os interesses da comunidade o Conselho Escolar, que é formado pelos segmentos de pais ou responsáveis, profissionais da educação docente e não docente em efetivo exercício na escola e representantes dos movimentos sociais organizados da comunidade local, como forma de acompanhar o trabalho feito pelos gestores, docentes e funcionários da escola e de se envolver diretamente nas decisões que serão tomadas, papel fundamental na democratização da Educação.

No Plano Nacional de Educação, os Conselhos são citados na meta 19, que é estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

2.3.3 Eixo de gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



A gestão escolar também envolve a implementação de políticas e práticas que abordam conflitos de forma construtiva, como programas de mediação entre alunos, formação de professores em habilidades de comunicação e resolução de conflitos, e promoção de uma cultura de diálogo aberto e respeitoso. A escola tem se dedicado a implementar políticas e práticas que ajudem a abordar conflitos de forma construtiva, incluindo:

- Comunicação aberta e honesta: Incentivar um ambiente onde as pessoas se sintam confortáveis para expressar suas preocupações e opiniões de forma respeitosa.
- Estreitar cada vez mais as relações entre Conselho Escolar e SEMEDI, para implementar novas ações que venham contribuir para o processo de ensino e de aprendizagem, bem como da gerência dos bens e recursos públicos;
- Tornar participativa e visível os Planos de Aplicação do recurso federais (PDDE).
- Resolução colaborativa de problemas: Encorajar as partes envolvidas a trabalhar juntas para encontrar soluções mutuamente benéficas.
- Mediação: Utilizar um mediador neutro para facilitar a comunicação e ajudar as partes a chegar a um acordo.
- Treinamento em gestão de conflitos: Oferecer treinamento para funcionários e líderes aprenderem habilidades de comunicação, negociação e resolução de conflitos.
- Políticas de respeito e diversidade: Implementar políticas que promovam o respeito mútuo e a inclusão, ajudando a prevenir conflitos relacionados à discriminação ou preconceito.
- Promoção de uma cultura de feedback construtivo: Encorajar feedback regular e construtivo entre colegas e líderes, ajudando a resolver problemas antes que se tornem conflitos maiores.



- Ao implementar essas políticas e práticas, as organizações podem criar um ambiente onde os conflitos são tratados de forma construtiva, promovendo um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

2.3.4 Articulação entre a instituição a família e a comunidade

A presença dos pais na escola é muito importante na construção da educação. A educação passou por várias mudanças, especialmente nas últimas duas décadas, que ocorreram tanto nas leis como em sua estrutura, nesse sentido os professores também alteraram sua postura e a forma de trabalhar.

O professor atual e do futuro possui novas perspectivas, com isso esse deve ter a concepção de que a função do educador não se limita ao comodismo, além da extinção de pensamentos arcaicos de ensino, pois se considerava o dono da verdade, detentor de todo conhecimento e que podia informar sobre todo e qualquer assunto caso fosse questionado.

Na nova visão para a educação, o primeiro passo que um professor deve desenvolver é o de criar manobras em conjunto com a família dos educandos com intuito de facilitar o enfrentamento de situações inusitadas que ocorrem continuamente na escola, mais especificamente, na sala de aula.

Conhecer a família de um aluno é conhecer e compreender o próprio aluno, a convivência no seio familiar resulta na vida dos educandos de forma positiva ou negativa. Se uma criança está envolvida diariamente em um ambiente hostil certamente agirá assim, o contrário acontece com uma criança que vive em um lar de muita calma, carinho e educação, pois será assim que se apresentará na escola.

Com base nessa afirmativa fica claro que, se não houver a participação efetiva dos pais, o processo educativo restrito à escola é insuficiente para uma educação completa. Os pais podem exercer grandes influências no trabalho docente por causa do grande vínculo entre os entes da família e os problemas por ela derivados que refletem na vida escolar das



crianças, assim o professor irá conhecer a realidade através dos pais e responsáveis, resultando numa parceria de sucesso, segundo diversos estudos.

2.3.5. Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais

A relação entre a direção de Departamento da Educação do Campo (SEMEDI) é didático-pedagógica, entendida como o conjunto de decisões coletivas, necessárias à realização das atividades escolares de desenvolvimento intelectual, para garantir o processo qualitativo pedagógico da instituição. Além de instruir os procedimentos que precisam ser adotados no período de planejamento, da execução das ações de avaliação, da recuperação da aprendizagem, que deverão ser registrados pela instituição de ensino e acompanhados pela SEMEDI/Mantenedora.

2.3.6. Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional

Todos os nossos registros oficiais de ocorrências, são feitos através do livro ata, onde as situações ocorridas são escritas detalhadamente ao acontecido/ocorrido, sejam eles administrativos, pedagógicos e interpessoais. Tendo todos os envolvidos ciência da situação, deixando a sua assinatura no momento da leitura da ata.

A ata é um instrumento utilizado para que seja realizado um registro expositivo de fatos e decisões tomadas em uma reunião, assembleia ou sessão. Ela é um documento de grande importância pois é responsável por registrar todas as informações e/ou decisões tomadas, servindo para consulta sempre que necessário. O documento precisa ter a anuência de todos os participantes e, sendo assim, ele é assinado por todos os que estão presentes.

A ata possui alguns mecanismos para evitar fraudes, como não deixar espaços em branco para que informações sejam preenchidas e não escrever números em algarismos arábicos ou romanos, além de não poder ser rasurada.



Todos os nossos registros oficiais de ocorrências, são feitos através do livro ata, onde as situações ocorridas são escritas detalhadamente o acontecido, sejam eles administrativos, pedagógicos e interpessoais. Tendo todos os envolvidos ciência da situação, deixando a sua assinatura no momento da leitura da ata.

2.3.7 Articulação entre a unidade educacional e a mantenedora

A mantenedora é Secretaria Municipal de Educação (SEMEDI), através da Prefeitura Municipal de Paranaguá, sendo a responsável por manter a escola em condições de estrutura e funcionamento, priorizando a educação de qualidade para todos os munícipes, disponibilizando os materiais precisos. Sendo uma relação amplamente firmada para que a escola venha desenvolver seu trabalho pedagógico, havendo uma boa relação entre os envolvidos em todo processo, alunos, professores, família, comunidade e prefeitura.

As solicitações que a escola necessita, são enviadas via ofícios por e-mail institucional ao setor responsável, que em caso de solicitação de materiais, são entregues pelo setor do almoxarifado e reparos pelo setor de manutenção da secretaria de obras.

São realizadas também reuniões periodicamente para tratar de assuntos pedagógicos e administrativos, tanto presencialmente quanto virtuais.

2.3.8 Articulação entre os profissionais da educação e crianças e estudantes

É de extrema importância promover uma boa relação entre professores e alunos para que a qualidade da educação aconteça da melhor forma, com afetividade e compromisso de ambas as partes, desenvolvendo a cooperação e o entusiasmo de todos os envolvidos no processo. O processo de aprendizagem é uma dinâmica que exige o engajamento de todas as partes envolvidas, para compartilhamento de experiências e informações. Nossa escola procura ao máximo estar promovendo o respeito, a afetividade



e o companheirismo em todos os momentos do ensino e aprendizagem. A criança precisa do vínculo para sentir que o espaço é afetivo e lidar bem com os novos desafios.

2.3.9 Plano de conscientização e prevenção a violência

Nossa escola através da Lei A lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, públicos e privados, busca meios de combater e prevenir Bullying e o Cyberbullying em nossa escola.

As medidas de prevenção e combate à violência contra a criança e o adolescente, devem ser implementadas pelo Poder Executivo Municipal e do Distrito Federal, em cooperação federativa com os Estados e a União.

Cabe os professores e funcionários a todo momento estar observando o comportamento dos alunos, combatendo e prevenindo qualquer tipo de violência dentro e fora da escola, seja por meios verbais, físicos ou digitais.

Se a conduta acontecer e for realizada na escola ou em casa por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos on-line ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, realizaremos reuniões e registros do ocorrido e buscando os meios legais para resolver tais conflitos. Cabe aos professores realizarem diariamente a prevenção e a conscientização contra qualquer tipo de violência.

2.4. CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

2.4.1. Fundamentação Teórica

De acordo com Celso Vasconcelos, o planejamento escolar deve ser estruturado e articulado através de três níveis: o planejamento da escola, o plano de ensino ou plano curricular e o plano de aula. O planejamento da escola é o plano integral da instituição



composto pelos referenciais que dizem respeito aos objetivos e metas estabelecidas para cada uma das dimensões de gestão da escola: pedagógica, administrativa, recursos humanos, recursos financeiros e resultados educacionais.

O plano curricular ou de ensino constitui-se no referencial com os fundamentos de cada disciplina. Nele devem estar expressos as expectativas de aprendizagem, os conteúdos previstos e as propostas de avaliação para cada ano. Em coerência com o planejamento da escola e com o plano de ensino, o plano de aula deve constituir-se na organização didática do processo de ensino destinado a cada turma, levando em consideração tanto as defasagens como os conhecimentos prévios dos alunos de modo a garantir que todos os alunos alcancem os objetivos de aprendizagem contidos no plano de ensino; contudo, enquanto instrumento personalizado de trabalho deve ser desenvolvido para atingir os objetivos de cada turma em separado.

2.4.2. Plano de Ação para Recomposição da Aprendizagem

As estratégias de ações exequíveis, de natureza pedagógica e organizacional, que objetivam não apenas a minimização dos impactos na aprendizagem, mas também se atentam para os aspectos socioemocionais dos estudantes e o combate à evasão escolar.

Caberá aos professores a responsabilidade de monitorar, acompanhar e orientar todas as medidas emergenciais que serão adotadas para implementação do Plano de recomposição da aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, disponibilizou a utilização do termo “Adaptação Curricular”, que está ligada as alterações e propostas de conteúdos educacionais. Dessa forma, os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais para os vários níveis de ensino baseiam-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares pode atender a necessidades particulares de aprendizagem dos alunos. O Parecer 19/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE) define a flexibilização



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



curricular como uma “revisão do currículo proposto e seleção dos objetivos ou marcos de aprendizagem essenciais previstos para o calendário escolar” (2020, p,93).

Segundo a Secretaria de Educação Fundamental (SEF) do Ministério da Educação (MEC), as adaptações curriculares são medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos: no nível do projeto pedagógico da escola, da sala de aula, das atividades e, quando necessário, aplicam-se ao aluno individualmente. Visam ao atendimento das dificuldades de aprendizagem e das necessidades especiais dos educandos e ao favorecimento de sua escolarização.

As escolas do campo realizam a recomposição de aprendizagens utilizando adaptação curricular e focando em habilidades estruturantes. Essas estratégias são aplicadas de uma a duas vezes por semana, de forma individual ou em grupos de estudo, e sempre que possível através de reforço em contraturno, com estudantes que apresentam desempenho semelhante em relação aos resultados obtidos na avaliação diagnóstica.

| Escola Municipal do Campo Antônio Fontes | | |
|--|---|--------------|
| Plano de ação para a recomposição de aprendizagem (considerando os índices de aproveitamento escolar interno/externo, de abandono/evasão e relação idade/ano) | | |
| O plano de ação para a recomposição de aprendizagem leva em consideração os índices de aproveitamento escolar interno/externo, abandono/evasão e a relação idade/ano. Pode ser desenvolvido com base em algumas estratégias e medidas específicas para diagnosticar e superar as defasagens de conteúdos. Na nossa instituição utilizamos os seguintes instrumentos: | | |
| Ação | Período de aplicação | Responsáveis |
| Avaliação diagnóstica: Realizar uma avaliação diagnóstica para identificar as defasagens de aprendizagem dos alunos, levando em consideração os conteúdos e habilidades essenciais de cada série. Isso | No início do trimestre ou assim que a criança for transferida para a escola | Professores |



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



| | | |
|---|--------------------|----------------------------------|
| ajudará a direcionar as intervenções e ações necessárias para a recomposição. | | |
| Reforço escolar personalizado: Implementar programas de reforço escolar personalizado, com foco nas necessidades individuais dos alunos. Isso pode incluir aulas de apoio, tutorias, atividades complementares e materiais de estudo específicos para cada aluno. | No decorrer do ano | Professores |
| Recursos educacionais adequados: Garantir o acesso a recursos educacionais adequados, como livros didáticos, materiais de apoio, tecnologia educacional e recursos digitais, que possam auxiliar no processo de recomposição da aprendizagem. | No decorrer do ano | Secretaria Municipal de Educação |
| Formação de professores: Formação contínua aos professores, capacitando-os para identificar e abordar as defasagens de aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias pedagógicas diferenciadas e recursos didáticos adequados. | Trimestrais | Secretaria Municipal de Educação |
| Acompanhamento individualizado: Realizar um acompanhamento individualizado dos alunos, monitorando seu progresso e oferecendo suporte adicional quando necessário. Isso pode incluir reuniões | No decorrer do ano | Professores |



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



| | | |
|---|--------------------|--|
| periódicas com os pais ou responsáveis para discutir o desempenho e o desenvolvimento dos alunos. | | |
| Intervenção pedagógica: Implementar intervenções pedagógicas específicas para os alunos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem, oferecendo atividades e estratégias diferenciadas para auxiliá-los a superar as defasagens. | No decorrer do ano | Professores |
| Parceria com a comunidade: Estabelecer parcerias com a comunidade local, organizações não governamentais e outras instituições para oferecer suporte adicional aos alunos, como atividades extracurriculares, programas de mentoria e acesso a serviços de saúde e bem-estar. | No decorrer do ano | Secretaria Municipal de educação e professores |

2.4.3. Plano de Ação do Diretor

2.4.4. Plano do Pedagogo Coordenador

2.4.5. Plano do Pedagogo Orientador

No Art. 15 da Deliberação COMED/PGUÁ, Nº 01/11 consta que as Escolas do Campo serão administradas pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, através dos departamentos de Ensino Fundamental e Estrutura e Apoio às Unidades Educacionais.

Como apresentado no Art. 12 do Regimento Escolar aprovado pelo Parecer nº 03/2023, a direção responsável pelas instituições de Ensino do Campo fica a cargo do(a)



Chefe de Equipe Técnica Pedagógica do Campo da Secretaria Municipal de Educação (SEMEDI).

No artigo Art. 13 consta que a função de diretor (a), responsável pela gestão democrática, é de assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos no Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, incentivando, motivando e inspirando sua equipe de trabalho e a comunidade escolar. A direção das instituições de Ensino do Campo fica a cargo da Diretor(a) de Departamento do Campo e da Equipe Técnica Pedagógica do Campo (SEMEDI).

A lei complementar nº 182, de 03 de dezembro de 2015 altera a redação do artigo 20 da lei complementar nº 151, de 03 de junho de 2013: Art. 1º O artigo 20 da Lei Complementar nº 151, de 03 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 20 Em se tratando de unidade de ensino localizada na zona rural, comunidade pesqueira ou insulana, com exceção as localidades da Ilha dos Valadares e área central de Alexandra, em que haja apenas professor no exercício da função de docente, e que desempenhe serviços administrativos e pedagógicos, é assegurada, a título de gratificação, o acréscimo de 30% (trinta por cento) do salário base da classe a que pertence, inclusive sobre o valor da hora=aula, quando for o caso.

2.4.6. Plano da Equipe de Apoio Administrativa

As atribuições administrativas, relativas ao registro no LRCO, controle de frequência, matrícula, conferência, atendimento ao público, dentre outras, bem como atividades relacionadas a execução, acompanhamento e conferências de documentos é realizado pelas professoras e encaminhadas ao Departamento de Estrutura e Funcionamento das Unidades Escolares – FUE.

2.4.7. Plano de Apoio Operacional



Os funcionários que atuam no Apoio Operacional têm a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação, no âmbito escolar, são coordenados e supervisionados pela direção.

Os trabalhadores contratados terceirizados para atuar na área de Alimentação Escolar, terão suas funções especificadas em contrato com a empresa prestadora de serviços terceirizada e organizadas na instituição de ensino pela Direção.

2.4.8. Plano de Ação do Conselho Escolar

A participação de vários segmentos da sociedade na escola através da organização dos Conselhos Escolares, é de suma importância para efetivar a gestão democrática, para que a comunidade escolar possa participar e fazer valer os seus direitos e deveres, afirmando os interesses coletivos e construindo um Brasil com igualdade, humanidade e justiça social.

Cabe ao conselho escolar a participação na tomada de decisões junto a Escola, o que também contribui para maior engajamento e responsabilidade dos participantes. As decisões que são tomadas pelo conselho, refletem o interesse de pessoas de diversos segmentos envolvidos, isso traz pluralidade e novas visões, traz também maior transparência nos processos de decisão.

As ações tomadas são mais transparentes e também apresentam maior conformidade com as leis, normas e regimentos escolares. As reuniões ordinárias são mensais ou bimestrais, e as reuniões extraordinárias são convocadas antecipadamente. Durante as reuniões são debatidas e tomadas as decisões relativas as ações pedagógicas, administrativas e financeiras, desenvolvidas no âmbito escolar.

O Plano de Ação do Conselho Escolar trata de atribuições do conselho Escolar o acompanhamento da gestão escolar:



- A realização de reuniões, garantindo a participação dos segmentos envolvidos no processo ensino-aprendizagem;
- A realização de reunião com representantes: da comunidade escolar e demais integrantes da comunidade civil; deliberar e distribuir atividades de cada segmento para melhor atuação deles;
- Desenvolver reuniões para o estudo sobre o conselho escolar, sua importância, funções e responsabilidade.

2.4.9 Plano de Trabalho Docente

O Plano de Trabalho Docente (PTD) é formulado e planejado por todos os professores, conforme a disciplina ministrada, exigidos os objetivos e experiências de aprendizagem, com os códigos alfanuméricos, a metodologia e as formas de interação com os estudantes, se houver projetos é preciso detalhar, o tipo de avaliação, quais as referências utilizadas e em que momento da hora-atividade é realizado o planejamento.

É uma exigência da equipe pedagógica da SEMEDI, que o PTD seja enviado via e-mail no dia 25 de cada mês.

2.4.10 Plano de Atendimento Educacional Especializado

A instituição de ensino Antônio Fontes não contempla essa modalidade de ensino.

2.4.11 Plano de Atendimento pedagógico domiciliar



De acordo com a DELIBERAÇÃO COMED/PGUÁ N° 01/19 APROVADO EM 04/09/2019 CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAGUÁ - ESTADO DO PARANÁ ASSUNTO: Diretrizes Municipais da Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá:

Art. 10 O Atendimento Pedagógico Domiciliar compõe-se por educando que se encontra matriculado na instituição de ensino, em condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde, considerando os aspectos psicossociais que interferem na permanência escolar.

Art. 39 Os serviços especializados serão assegurados pela mantenedora, que também firmará parcerias ou convênios com as áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho, transporte, esporte, lazer e outros, incluindo apoio e orientação à família, à comunidade e à escola, compreendendo: I - Classe Especial; II - Escola de Educação Básica na Modalidade Educação Especial; III - atendimento à rede de Escolarização Hospitalar; IV - atendimento pedagógico domiciliar; V - Centro Municipal de Atendimento Especializado.

SEÇÃO III - ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR

Art. 48 O Atendimento Pedagógico Domiciliar tem a finalidade de prestar atendimento educacional aos educandos matriculados na Educação Básica, em seus diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, para as adaptações/flexibilizações curriculares que deverão ser realizadas na 14 residência do educando e no ambiente de ensino, exercido numa ação integrada com os serviços de saúde. Parágrafo Único - O atendimento pedagógico deverá ser efetivado por um professor itinerante e flexibilizado, de forma que contribua com a promoção de saúde e ao melhor retorno e/ou continuidade dos estudos pelos educandos envolvidos.

De acordo com a INSTRUÇÃO N° 02/ 2019 – SUED/SEED - Estabelece procedimentos para a implantação e funcionamento do Atendimento Pedagógico Domiciliar do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar e Domiciliar – SAREH:

1. Definição de atendimento: O Atendimento Pedagógico Domiciliar do SAREH – Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar e Domiciliar é um serviço



pedagógico, ofertado pela Secretaria de Estado da Educação, para as Instituições de Ensino da Rede Pública Estadual, visando o atendimento educacional a estudantes matriculados na Educação Básica, em seus diferentes níveis e modalidades e que se encontram temporariamente impedidos de frequentar a instituição de ensino onde estejam regularmente matriculados.

2. Oferta: Terão direito ao atendimento domiciliar os estudantes impossibilitados de frequentar a escola por 90 (noventa) dias ou mais, por estarem realizando tratamento de saúde e que, por orientação médica, sejam considerados aptos a receber o atendimento por professor em domicílio.”

2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.5.1. Fundamentação Teórica

Segundo Galvão, o currículo é de suma importância para organização pedagógica; por meio dele, a escola se organiza e orienta a prática docente. Ao pensarmos em uma escola, pensamos no seu currículo e em seus objetivos. Onde cita em seu artigo Sacristán (2013, p. 16), que etimologicamente, o termo currículo deriva:

[...] da palavra latina curriculum (cuja raiz é a mesma de cursus e currere) [...]. Em sua origem currículo significava o território demarcado e regado do conhecimento correspondente aos conteúdos que professores e centro de educação deveriam cobrir; ou seja, o plano de estudos proposto e imposto pela escola aos professores (para que o ensinassem) e aos estudantes (para que o aprendessem).

O currículo tem um caráter político, ideológico e filosófico. As diferentes concepções sobre um currículo se acham ancoradas em visões acerca do homem, sociedade e conhecimento. Ao longo da história houve reflexões e pesquisas com respeito ao currículo, pois existem diferentes teorias que discutem o que está proposto no seu conteúdo. Tais teorias refletem tendências da educação e contribuem para a formação



identitária dos indivíduos. As teorias do currículo, que sugerem variadas concepções sobre ele, estão divididas nas teorias tradicional, crítica e pós-crítica.

Acreditamos, assim como Ferraço (2008), que o currículo não se trata de buscar resolver as dificuldades ou problemas de aprendizagem, mas, sobretudo, de ampliar as possibilidades de conhecimento. É nisto que reside a função social e política da escola. Corroboramos com Silva Modernidade Pós-modernidade (2010), que o currículo envolve o que somos e o que nos tornamos: a nossa identidade, a nossa subjetividade.

2.5.2. Direitos e Objetivos de Aprendizagem

A BNCC apresenta as Competências Gerais, entendidas, conforme Parecer nº 15/2017 da CNE/CP, como Direitos de Aprendizagem:

- 1 Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- 2 Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
- 3 Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
- 4 Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- 5 Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- 6 Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
- 7 Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
- 8 Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



- 9 Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
- 10 Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Os objetivos de aprendizagem para Educação Infantil estão organizados em cinco campos de experiências:

- 1 O eu, o outro e o nós;
- 2 Corpo, gestos e movimentos;
- 3 Traços, sons, cores e formas;
- 4 Escuta, fala, pensamento e imaginação; e
- 5 Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Esses campos “constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2017, p.38). Essa é uma forma de fortalecer a Educação Infantil com a sua especificidade no trabalho educativo, não confundindo com práticas antecipatórias e preparatórias, que pouco contribuem para o processo formativo da criança.

2.5.3. Concepção de Ensino e Aprendizagem

Busca-se o desenvolvimento de uma concepção de ensino onde educador e educandos sejam sujeitos do seu processo de desenvolvimento, pois necessitam da mediação das experiências e saberes de ambos, para que se concretize a aprendizagem.

Nessa concepção a função do educador deve ser a de oportunizar atividades que encaminhem o educando ao seu desenvolvimento potencial, dessa forma, é papel do educador ser mediador das atividades. Para tal, os conteúdos trabalhados nascem da necessidade que o educando encontra ao tentar realizar sua tarefa.



Há a necessidade de criar situações em que o indivíduo seja instigado a refletir e buscar o conhecimento, por meio de circunstâncias em que ele precise fazer escolhas diante de problemas que surgem espontaneamente e não criados num clima artificial.

Nossa Escola preza por um espaço em que o professor não assuma a posição de concentrador do saber, mas sim o professor é quem direciona o trabalho pedagógico, o que proporciona um espaço democrático e aberto. Esse espaço distancia-se daquele em que geralmente nos colocamos em sala de aula: ditadores de um conhecimento que somente nós podemos disseminar. “É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimento, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado” (Freire, 2000, p. 25).

O eixo organizador da prática pedagógica está na aprendizagem, entendendo que alguns alunos precisam de mais tempo e de metodologias diferenciadas para garantir que ocorra a efetiva aprendizagem, e vale lembrar o que Paulo Freire não se cansava de repetir: “ensinar exige comprometimento”.

2.5.4. Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula

O cotidiano da educação infantil e do ensino fundamental, tem como organização do tempo flexível, momentos com realização de atividades pedagógicas contemplando os conteúdos, outros momentos contemplando o relaxamento com atividades lúdicas.

Sempre que as condições permitem são realizadas atividades extracurriculares, dentro do recinto escolar e ou fora da mesma. De um modo geral as turmas são entrosadas, ajudam-se uns aos outros e gostam de realizar as atividades em grupos. Encontrando algumas dificuldades apenas no que diz respeito a divisão ou uso comum de materiais e brinquedos.



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



Logo que passa da fase egocêntrica, iniciam a formação de hábitos de partilha e internalização de regras de convivência social. A linguagem que está em desenvolvimento em sua maioria quando entra na escola ainda apresenta um falar bastante infantilizado, com a difícil articulação de algumas palavras e ocorrência de troca de fonemas. Exercícios como recontar histórias ou cantar músicas, cantar em voz alta e dialogar são realizados.

De um modo geral os alunos gostam de cantar, contar e recontar histórias, passando a imitar com facilidade personagens, são participativos, realizando atividades rotineiras, havendo sempre exceção de alguns que ainda estão num processo de adaptação, em meio aos outros, acostumando-se a seguir regras preestabelecidas. As atividades e jogos lúdicos tem sido de grande importância para facilitar a adaptação e socialização.

Os momentos de dramatização, de música e contação de histórias, assim como a utilização de brinquedos no espaço do pátio coberto, possibilita a adaptação dos alunos da educação infantil e dos alunos novos na adaptação no ambiente escolar. No ensino fundamental é na roda de conversa que podem expressar-se verbalmente, contando espontaneamente acontecimentos do seu cotidiano, compreendendo regras de convivência e combinados. Todos são bastante ativos e alguns enérgicos, o que também é típico da faixa etária.

Uma outra ocasião que possibilita a interação e a apreensão do currículo oculto é o momento da refeição, pois incentivamos total autonomia da criança, com o suporte necessário, mas sempre direcionando para a independência total e correta, tanto que adotamos o uso de garfo e faca para desde cedo aprenderem corretamente o seu uso. Sentam-se todos à mesa aprendendo a compartilhar momentos juntos, antecipados com regras e hábitos de higiene como lavar as mãos antes e após as refeições, após brincadeiras e uso do banheiro. Também incentivamos o uso correto da escovação dos dentes após as refeições.

Ao término dos momentos de lazer e/ou brincadeiras, incentivamos a organização da sala e do pátio, guardando os brinquedos conscientizando-os e fazendo-os compreender que todos somos responsáveis pelo cuidado com o espaço escolar.

QUADRO DA ORGANIZAÇÃO DE TODOS OS GRUPOS DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, INDICANDO CADA UM DELES A FAIXA ETÁRIA DAS CRIANÇAS E PROFESSORES

| TURMA | PERÍODO | Nº CRIANÇAS | Nº PROFESSOR |
|-----------------------------|----------------|--------------------|---------------------|
| Ed Infantil (PRÉ I) | VESPERTINO | 2 | 2 |
| Ed Infantil (PRÉ II) | VESPERTINO | 4 | 2 |
| 1º ANO | VESPERTINO | 1 | 2 |
| 2º ANO | VESPERTINO | 3 | 2 |
| 3º ANO | MATUTINO | 2 | 3 |
| 4º ANO | MATUTINO | 3 | 3 |
| 5º ANO | MATUTINO | 4 | 3 |

QUADRO DE HORÁRIOS DAS TURMAS, POR TURNO

| MANHÃ | TARDE |
|---------------|-----------------------------------|
| 3º ANO | Educação Infantil (PRÉ I) |
| 4º ANO | Educação Infantil (PRÉ II) |
| 5º ANO | 1º ANO |
| | 2º ANO |

2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

2.6.1. Fundamentação Teórica

O processo de avaliação não diz respeito apenas ao ensino e nem pode ser reduzido apenas às técnicas. Fazendo parte da permanente reflexão sobre a atividade humana, a avaliação constitui-se num processo intencional. Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar e estabelecer novos objetivos.



Ela também é uma questão política. Pode se constituir num exercício autoritário do poder de julgar ou, ao contrário, pode se constituir num processo e num projeto em que avaliador e avaliando buscam e sofrem uma mudança qualitativa. Essa Segunda prática é chamada por Paulo Freire de “avaliação emancipadora”, e de “concepção dialética da avaliação”, por Pedro Demo.

Demo valoriza na avaliação, os critérios de representatividade, de legitimidade, de participação da base, de planejamento participativo, de convivência, de consciência política, de solidariedade comunitária, de capacidade crítica e autocrítica, de autogestão e de outros elementos que em última instância, serviriam para desenvolver a cidadania. Se qualidade é participação, avaliação qualitativa equivale a avaliação participante.

Luckesi dá à avaliação um maravilhoso conceito, dizendo que é um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo e inclusivo. “Quero clarificar como o ato de avaliar a aprendizagem, por si, é um ato amoroso. Entendo que o ato de avaliar é, constitutivamente, amoroso” (2005, p. 168).

Diante dessas contribuições teóricas, concebe-se avaliação como emancipatória e qualitativa, que seja um instrumento de reflexão para professores e alunos, cada qual buscando melhorar sua prática a partir dos resultados obtidos, não sendo vista como um acerto de contas ou um ato de autoridade e manipulação. Que priorize o que realmente é essencial.

Luckesi coloca que a avaliação pode contribuir para a transformação social: “(...) colocar a avaliação escolar a serviço de uma pedagogia que entenda e esteja preocupada com a educação como mecanismo de transformação social” (2005, p. 28.).

Com base nesses educadores concebemos como uma avaliação adequada a diagnóstica (processual, cumulativa e contínua), entendendo que é a verificação de até que ponto uma prática é caminho para a concretização de uma idéia, de um valor. A valorização do que o aluno realmente aprendeu, desafiando-o a superar seus limites e a se reconhecer como sujeito questionador, ousado, criativo, crítico, respeitoso de si mesmo e do outro –



responsabilidade individual e social com a justiça e com a liberdade enquanto agente de transformação social. “O ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma pela qual os educandos possam participar da avaliação. É que o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo” (Freire, 2000, p.71).

A avaliação deve ser o momento de obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para a intervenção/reformulação desta prática e dos processos de aprendizagem. Nesta perspectiva o processo de avaliação pressupõe uma tomada de decisão, uma oportunidade do aluno tomar conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organização para mudanças necessárias.

Esta perspectiva de avaliação, e de acordo com o Artigo 24 da LDB: concebe-se recuperação de estudos como uma parte constitutiva da prática docente e não apenas recuperação de notas. Portanto a recuperação dos conteúdos não compreendidos pelos alunos, acontecerá concomitantemente durante o processo ensino aprendizagem, não somente no final do ano letivo o que caracterizaria somente como recuperação da média final, mas a medida que o aluno vai sendo avaliado.

A Câmara Municipal de Paranaguá, Estado do Paraná, aprovou a seguinte Lei complementar nº 245 de fevereiro de 2002 que altera a redação do artigo 85 da Lei Complementar nº 69, de 10 de setembro de 2007: "Art. 85. A forma de expressar o resultado do rendimento escolar deverá ser previsto no Projeto Político Pedagógico e respectivo regimento escolar, observando:

I - O período letivo terá 03 (três) trimestres onde estarão registrados em boletins, expedidos pela Unidade Escolar aos alunos; as médias das verificações de rendimento do aluno nas disciplinas em que a Matriz Curricular determinar para o trabalho junto a cada ano do Ensino Fundamental;

II - Os alunos devidamente matriculados, em quaisquer dos anos do Ensino Fundamental, terão que alcançar em todas as disciplinas, a soma anual de 15 (quinze) pontos, ou seja, média 5,0 (cinco) em cada trimestre, por disciplina.



Parágrafo único. É obrigatória a realização de no mínimo 03 (três) avaliações por trimestre, devendo as recuperações imediatas, serem efetivadas antes do início do próximo trimestre”.

2.6.2. O Processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem/ desenvolvimento

A avaliação na Educação Infantil de 4 e 5 anos se relaciona a querer conhecer melhor cada criança, partindo da identidade da criança que está sendo avaliada, assim como da identidade do professor que trabalha com ela.

Nessa perspectiva, a avaliação se articula à ética, ao zelo, ao respeito e à atenção especial para com as crianças e seu bem-estar. Segundo Moro e Souza (2016) ao observar diariamente a criança, os professores conseguem conhecer seu desenvolvimento, historicizando suas conquistas e seus avanços em termos de aprendizagens, ampliação de conhecimentos e desenvolvimento. É importante sempre registrar tudo que foi observado, pois o registro materializa as observações feitas e legitima a tomada de decisão acerca das mudanças necessárias ou da manutenção das práticas educativas que estão sendo realizadas.

De acordo com o artigo 10, inciso I, das DCNEI, “a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano” é fundamental nesse processo. Observação é um processo chave na experiência educativa, precisando estar aliada a outra ação-chave, que é o registro. Ao registrar suas leituras daquela realidade, você estará usando parte de seu tempo para refletir sobre como a criança revela os seus saberes.

São várias e diversas as formas de registro indicadas no inciso II, do artigo 10, das DCNEI, como relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, entre outros. Os registros são tidos como formas de documentar todo o processo, sendo, por isso, constitutivo da ação



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



educativa. O fundamental em quaisquer formas de registro sobre as crianças individualmente é que estas permitam captar a singularidade de cada criança, como ela vivencia as experiências que são oferecidas, que situações ou aspectos inusitados acontecem. É necessário que pareceres ou relatórios também sejam claros em relação a quem ele pretende “informar”: os pais, a instituição, a própria criança. É necessário considerar que o texto deve se fazer entender. Os pais ou responsáveis pelas crianças, interlocutores importantes, nem sempre têm familiaridade com os termos da área da Educação que usamos. É muito importante lembrar disso para adequar a linguagem a ser utilizada nos registros escritos.

Portanto, a avaliação acompanha o processo educativo, pode ocorrer a todo momento e em todas as situações; tem um caráter processual e não classificatório. Cada criança deve ter o seu próprio portfólio e o educador antecipadamente, definir quais serão as atividades que irão compor o portfólio.

Para o ensino fundamental, nossa escola realiza a recuperação paralela, do 1º ao 5º ano, durante o período letivo de maneira contínua, destinando-se a corrigir as deficiências que persistam após a verificação do conhecimento.

A recuperação de estudos estará prevista em calendário escolar do estabelecimento, com fundamentação legal na LDB nº 9.394/96 Art. 24 - Inciso V - alínea e, a recuperação será paralela atendendo aos seguintes princípios como recuperação paralela sendo uma prática aplicada por todos os professores de Ensino Fundamental dos anos iniciais e finais.

A recuperação paralela terá os mesmos critérios adotados para todos os docentes de Ensino fundamental, devendo de conteúdos e notas, ou seja, o professor não poderá recuperar somente a nota dos alunos sem antes fazer a exposição dos conteúdos de forma diferente da aplicada anteriormente uma vez que, se não se apresentaram boas notas na avaliação referente a determinado conteúdo, é porque a metodologia aplicada para explicar, não foi bem entendida pelos alunos.



A recuperação será feita quando o aluno não atingir a média 5,0 (cinco), acontecerá imediatamente após a avaliação, sendo registradas as notas no livro de registros de classe online e a que conteúdo se refere, a data de aplicação da atividade, registro de lembrete enviado aos pais destacando os itens acima.

Quando acontecer a recuperação paralela é preciso ser registrada em livro de chamadas, valerá a nota maior, desconsiderando a nota mais baixa entre as duas, os pais serão avisados sobre a temática da recuperação. A recuperação paralela se processará através de aulas, avaliações escritas e orais, trabalhos individuais e em grupos, esclarecendo que não se recupera média trimestral e não se recupera uma avaliação que o aluno não fez.

2.6.3. Análise de avanços e dificuldades pedagógicas

Visando respeitar o aluno na sua totalidade, como um sujeito de construção, a nossa Instituição de Ensino utiliza como alicerce a avaliação no processo de ensino e aprendizagem, contínua, cumulativa e sistemática, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular.

A nossa escola utiliza uma tabela organizada e formulada durante os planejamentos. (Atividades diárias, Atividades em Grupo, Pesquisas, Atividades Avaliativas e Recuperação Paralela).

Em conformidade com a Deliberação 07/99 – CEE – PR art. 3º, § 3.º - É vedada a avaliação em que os alunos são submetidos a uma só oportunidade de aferição, os números de instrumentos avaliativos vão de acordo com o processo de ensino e aprendizagem, não cristalizado e nem engessado, como se diz popularmente.

Os avanços pertinentes a alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem é a adaptação curricular, que é um instrumento útil, uma ferramenta que pode ser alterada para beneficiar o desenvolvimento pessoal e social dos alunos que precisem avançar na



aprendizagem, resultando em alterações que podem ser de maior ou menor expressividade.

As adaptações curriculares de pequeno porte ou menos significativas são modificações promovidas no currículo pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais ou dificuldade no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus pares.

2.6.4. Instrumentos para os registros do processo avaliativo na educação infantil: parecer descritivo, portfólios e outros

Para a elaboração do portfólio nossa escola coleta amostras de atividades, tira fotografias, faz entrevistas, efetua registros sistemáticos, realiza registros de casos, prepara relatórios narrativos, usa portfólios em situações de transição.

A avaliação das crianças na Educação Infantil não deve se vincular ao currículo do primeiro ano do Ensino Fundamental. Infelizmente, isso já tem acontecido, assim como vem determinando os conteúdos a serem trabalhados com as crianças na Educação Infantil.

Salientamos ainda que a avaliação da aprendizagem na educação infantil é de extrema importância para o aluno, para o professor, para a escola e para os pais dos alunos. Entretanto ela não poderá ser resumir num fim por si só, não poderá se resumir a um conceito, uma nota, ou servir só para classificar, aprovar (ou não) o aluno, mas ser utilizada como diagnóstica do processo de ensino e de aprendizagem, e para a tomada de decisão a partir da análise da realidade encontrada. Somente utilizando a avaliação dessa forma, consideramos que a avaliação da aprendizagem, tanto na educação infantil, como em qualquer outra etapa e modalidade de ensino será satisfatória.



2.6.5 Avaliação Institucional

O Estado do Paraná com o intuito de melhorar a qualidade do ensino público, promoveu debates com educadores paranaenses, no campo da educação e de sua gestão dando ênfase à avaliação. De tais debates surgiu um documento sobre a Avaliação da Rede Pública Estadual de Educação Básica, com a finalidade de orientar o processo de Avaliação Institucional, para todas as escolas do Estado do Paraná. Consta nesse documento a seguinte consideração sobre Avaliação Institucional: Processo que busca avaliar a instituição de forma global, ou seja, contemplando os vários elementos que a constituem em função de sua finalidade. Através de instrumentos que permitam a manifestação de suas características próprias (identidade, e que também a localizem dentro da globalidade do sistema, sem deixar de articular identidade e globalidade com o contexto social (...).

A avaliação expressa nesse instrumento pretende ser formativa e emancipadora, descarta assim todas as formas de classificação e estabelecimento de rankings ou premiação. Busca-se conhecer a realidade e os seus resultados devem se constituir em subsídios para a tomada de decisões no sentido de avançar na melhoria da educação escolar pública do nosso Estado. (...)

Tem o propósito de mobilizar as escolas através da reflexão e discussão coletivas, a fim de criar uma cultura de avaliação institucional como forma de autoconhecimento e de comprometimento em torno da principal função da escola, que é a efetivação do processo ensino-aprendizagem. (SEED, 2003- 2006 p. 2 – 3). Para essa tão desejada efetivação da aprendizagem além de se descobrir os problemas, deve-se atacar as causas, traçar metas coerentes para administrar os problemas. Paro faz uma importante reflexão sobre a relação com o bem estar do aluno nos aspectos social, econômico, e cultural, essa relação pode ser observada no seguinte princípio: “Isso tudo tem implicações mais do que importantes para uma educação escolar que tenha por finalidade a formação humana”. (Paro, 1998).



A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral estabelecerá processos para promover e incentivar a avaliação institucional que possibilite uma visão educacional que contemple a avaliação da aprendizagem aplicada aos alunos, a avaliação da organização administrativa, financeira e pedagógica da escola (Paranaguá, 2018).

A Deliberação Nº 02/09 – COMED, em seus Artigos 2º e 3º, dispõe para o Sistema Municipal de Ensino:

Art. 4.º Considera-se efetivo trabalho escolar a ação organizada, racional, planejada e histórica, que busca sua eficácia no desenvolvimento do educando estruturada a partir do projeto político pedagógico do estabelecimento e inserida no seu planejamento anual.

Art. 5.º Pode o estabelecimento considerar, como dias de efetivo trabalho escolar, os dedicados ao trabalho docente organizado, também, em função do seu aperfeiçoamento, conquanto não ultrapassem cinco por cento (5%) do total de dias letivos estabelecidos em lei, ou seja, dez (10) dias no decorrer do ano letivo.

Art. 6.º O calendário escolar deverá garantir no mínimo 800 (oitocentas) horas de aula, distribuídos por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar por ano.

2.6.6. Recuperação paralela de estudos

O aluno que não conseguir atingir a nota mínima, tem como oportunidade elevar os seus rendimentos, através da Recuperação Paralela, que visa trabalhar os 100% do conteúdo trabalhado no trimestre e que todos os alunos com “aproveitamento escolar insuficiente”, terão direito de realizar a mesma, prevalecendo à nota maior sobre a menor, sendo a mesma um direito de todos realizarem. Instrução normativa específica dos processos avaliativos. Instrução Normativa específica dos processos avaliativos (01/2023).

Art. 8º Entende-se por Recuperação de Estudos:

§1º A recuperação de estudos é direito de todos os(as) estudantes da Educação



Básica, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

§2º A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem, realizada ao longo do trimestre, assegurando, a todos(as) os(as) estudantes, novas oportunidades de aprendizagem.

§3º A recuperação de estudos deverá ser organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados que priorizem a aprendizagem dos conteúdos.

§4º A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos do componente curricular.

§5º As atividades de recuperação deverão ser planejadas, preferencialmente, durante a hora atividade dos professores, em conjunto com a Equipe Pedagógica da instituição de ensino, tendo como o objetivo a aprendizagem do(a) estudante do estudante, quando este tiver condições de acompanhar a série/ano seguinte.

§6º Poderão ser promovidos por Conselho de Classe os(as) estudantes que demonstrarem apropriação dos conteúdos mínimos essenciais e que apresentarem condições de dar continuidade aos estudos nos anos, séries, períodos, etapas, ciclos e/ou trimestres seguintes.

§7º No caso do(a) estudante ter obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substituída, uma vez que o maior valor expressa o melhor desempenho do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos, sendo que os resultados da recuperação deverão ser registrados no Livro de Registro de Classe Online (LRCO).

2.6.7. Avaliação externa

De acordo com o Ministério da Educação as avaliações externas da aprendizagem são coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira



– Inep. O Inep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação MEC, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

O IDEB foi criado pelo INEP em 2007, em uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o SAEB e a Prova Brasil.

A série histórica de resultados do IDEB se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um IDEB igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência.

A Prova Brasil é aplicada censitariamente aos alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. A Prova Brasil oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país que são utilizados no cálculo do IDEB.

As avaliações realizadas a cada dois anos, quando são aplicadas provas de Língua Portuguesa e Matemática, além de questionários socioeconômicos aos alunos participantes e à comunidade escolar.



A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. Essa avaliação acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo. A aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso que permite conhecer o que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado.

2.6.8 Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, pré e pós conselhos

O departamento de educação do Campo realiza nas dependências da nossa Instituição de Ensino ou na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral o Pré- Conselho, sendo neste momento a coleta dos dados dos alunos que apresentam muitas faltas, o baixo rendimento pedagógico e outros pontos que sejam relevante ao processo ensino aprendizagem.

Durante o Conselho de Classe a Chefia do Campo, pautado no Regimento Escolar, busca através de trocas de experiências, alternativas de intervenção pedagógicas e ações que busquem melhorar os resultados apresentados.

O Pós-Conselho de Classe foi introduzido esse ano no calendário escolar com o objetivo de autoavaliação dos profissionais da escola, sendo considerado um momento de informar e colocar em prática o que foi proposto durante o Conselho de Classe.

2.7. CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

2.7.1 Fundamentação Teórica



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



As Formações Continuadas estão inseridas no Calendário Escolar do corrente ano, respeitando os dias letivos e as horas, não permitindo assim nenhum impacto negativo aos alunos.

É necessário que o docente esteja em constante processo de formação, buscando sempre se qualificar, pois com uma formação continuada ele poderá melhorar sua prática docente e seu conhecimento profissional, levando em consideração a sua trajetória pessoal, pois a trajetória profissional do educador só terá sentido se relacionada a sua vida pessoal, individual e na interação com o coletivo.

Ele deve formar-se com a capacidade de refletir sobre sua prática educacional, sobre sua docência, já que, é através do processo reflexo que irá se tornar um profissional capaz de construir sua identidade profissional docente. Dessa forma, ele será capaz de se adaptar as diversas e rápidas mudanças no campo educacional, enfrentando assim as dificuldades encontradas a realidade da sala de aula.

A prática e o ato de reflexão dessa prática exercida no espaço da sala de aula contribuem para o surgimento de uma ressignificação do conceito de professor, de aluno, de aula e de aprendizagem. O professor deve assumir o papel de facilitador e mediador do conhecimento, um participante ativo da aprendizagem dos alunos, proporcionando uma aprendizagem em que o aluno seja sujeito do processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, podemos perceber a importância do professor na sua própria formação e na formação dos educandos. Agindo como mediador, o docente está dando a oportunidade aos alunos a terem autonomia na construção do seu próprio conhecimento como forma de compreender a realidade social em que vivem.

É preciso que o professor tenha consciência do seu papel social para que possa ajudar o aluno a compreender a sociedade em que está inserido e a complexidade do conhecimento que se pretende adquirir, tendo como meta principal uma aprendizagem voltada para resolver os problemas que a vida nesta sociedade irá apresentá-lo, dando uma visão crítico-reflexiva das coisas que se apresentarão ao longo da vida. Com isso ele terá a possibilidade de compreender e interpretar os problemas que emergem no cotidiano.



Deve fazer do seu trabalho em sala um espaço de transformação não reproduz apenas, mas produzindo conhecimento através de uma reflexão crítica. Com isso, se beneficiará com os resultados obtidos para solucionar seus problemas e alcançar seus objetivos. A ideia do professor reflexivo proporciona uma ação educativa, cujo objetivo é romper com as visões simplistas de tratar o conhecimento, transformando-os e atos críticos. A prática educativa é percebida como um traço cultural compartilhado que estabelece uma relação com outros âmbitos da sociedade.

É através de um processo formativo capaz de mobilizar os saberes da teoria da educação que os docentes compreenderão e desenvolverão as competências e habilidades necessárias para a investigação da sua própria atividade.

2.7.2. Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora

São planejadas periodicamente durante o decorrer do ano letivo, formação continuada pré-agendadas no calendário escolar, formações ofertadas pelo Sistema de Ensino OPET e pela SEMEDI.

2.7.3. Formação Continuada conforme a instrução da hora-atividade

Conforme a Instrução N° 01/2018 – SEMEDI, sobre formação continuada, no Art. 1º, a jornada de trabalho do profissional do magistério é constituída de atividades de docência ou de suporte e atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função (hora/atividade).

§ 1º As atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função, nos termos da Resolução CP/CNE nº 2/2015, destinam-se: I - preparação de aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas; II - participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição de ensino; III - orientação e acompanhamento de



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



estudantes; IV - avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas; V - reuniões com pais, conselhos ou colegiados escolares; VI - participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação Prefeitura Municipal de Paranaguá e da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, pedagógica e gestão da escola; VII - atividades de desenvolvimento profissional; VIII - participar dos cursos de Formação Continuada; IX - planejar ações e intervenções com base no diagnóstico da realidade escolar, tendo como subsídios o Projeto Político - Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular/Plano de Curso, o Regimento Escolar e o Plano de Ação da instituição de ensino; X - participar em atividades de estudos e reuniões técnicas pedagógicas; XI - participar de grupos disciplinares e interdisciplinares de professores, objetivando o planejamento e o desenvolvimento de ações necessárias, relativas ao Plano de Ação das instituições de ensino; XII - planejar ações de intervenção didático-pedagógicas para os educandos com dificuldades no seu desempenho escolar; XIII - discutir e planejar encaminhamentos teórico-metodológicos no intuito de obter uma prática pedagógica interdisciplinar; XIV - implementar ações pedagógicas, inerentes à hora-atividade, definidas pelo coletivo escolar e também solicitadas pela equipe pedagógica, direção e Secretaria Municipal de Educação; XV - analisar e planejar ações de intervenção sobre os resultados avaliativos internos e externos dos educandos, com vista ao planejamento das ações pedagógicas, a fim de melhorar o processo de ensino-aprendizagem. XVI- outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional.

§ 2º O tempo destinado as atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função deverá contemplar as atividades desenvolvidas no próprio local de trabalho ou espaços definidos pela Direção da Instituição de Ensino, atividades planejadas pela Secretaria Municipal de Educação e as atividades individuais realizadas em locais previamente autorizados pela Direção da instituição.

§ 3º Por orientação e acompanhamento de estudantes descrita no item III do § 1º deste artigo, compreende-se as atividades extra-classe que não são caracterizadas como



aulas/atividades curriculares envolvendo professores e estudantes, dentro ou fora da Instituição.

§ 4º A ausência não justificada nos termos das Lei 046/2007, Lei 113/2009 e suas alterações, em cursos e eventos, reuniões, colegiado de classe e/ou no tempo destinado às atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função no próprio local de trabalho, definidos pela Direção da Instituição de Ensino e/ou Secretaria Municipal de Educação, será considerada falta não justificada.

§ 5º A organização das atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função deverá respeitar as diretrizes e o calendário de atividades da Instituição de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação.

§ 6º A organização das atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função, deverá respeitar o limite mensal de até 50%(cinquenta por cento) para atividades desenvolvidas no próprio local de trabalho, espaços definidos pela Direção da Instituição de Ensino ou atividades planejadas pela Secretaria Municipal de Educação.

2.7.4 Formação continuada em espaços pedagógicos externos a instituição

Há momentos em que são ofertados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEDI), formação continuada em espaços pedagógicos externos a instituição, que seriam na UFPR, SESC, IFPR, entre outros.

2.7.5- Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas (Opet Inspira)

A informação continuada em plataformas virtuais, tanto institucionais quanto externas, é uma prática valiosa para educadores. Isso inclui participação em cursos online,



webinars, fóruns de discussão e acesso a recursos educacionais digitais. Essas plataformas oferecem flexibilidade e diversidade de conteúdo, permitindo que os profissionais ampliem seus conhecimentos e habilidades de forma conveniente e adaptada às suas necessidades específicas. Esse foi um recurso muito utilizado em período de Pandemia. Nós contamos com o Opet Inspira, uma plataforma ofertada pela Mantenedora.

A plataforma Opet Inspira é uma ferramenta de grande auxílio ao professor, já que disponibiliza, além dos livros digitais, diversas atividades interativas, jogos, vídeos e diversos materiais que dão suporte às aulas.

As formações podem ocorrer em ambiente virtual através de Google Meet, Google Sala de Aula (Classroom), Lives no Youtube, entre outros.

3 MATRIZ CURRICULAR

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Art. 26 – Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



Art. 27 – Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; orientação para o trabalho; promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28 – Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Este elemento condutor da instituição para organização pedagógica a partir da definição dos componentes curriculares estabelecidos pela instituição, a luz dos artigos 26, 27, 28 da LDBEN.



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



Ensino Fundamental

| | | | | | |
|---|-------------------------|---------------------------|---------------|--------------------------|---------------|
| SEMEDI | | MUNICÍPIO: Paranaquá | | | |
| INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Escola Municipal | | | | | |
| ENDEREÇO: Rua: | | | | | |
| FONE: | | | | | |
| ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Paranaquá | | | | | |
| CURSO (4035): Anos Iniciais do Ensino Fundamental | | | | | |
| TURNO: Diurno e Vespertino | | C.H. TOTAL DO CURSO: 800h | | DIAS LETIVOS ANUAIS: 200 | |
| ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1991 | | FORMA: Simultânea | | | |
| ORGANIZAÇÃO: | | | | | |
| Componentes curriculares (Disciplinas) | 1º ano | 2º ano | 3º ano | 4º ano | 5º ano |
| ARTE ₂ | 20 h | 20h | 20h | 20h | 20h |
| CIÊNCIAS | | | | | |
| EDUCAÇÃO FÍSICA | | | | | |
| GEOGRAFIA | | | | | |
| HISTÓRIA | | | | | |
| LÍNGUA INGLESA ₃ | | | | | |
| LÍNGUA PORTUGUESA | | | | | |
| MATEMÁTICA | | | | | |
| Total de horas relógio semanais | 20 horas relógio | | | | |

Educação Infantil

| | | | | | |
|---|--|-------------------------------|--|--------------------------|--|
| SEMEDI | | MUNICÍPIO: Paranaquá | | | |
| INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Escola Municipal | | | | | |
| ENDEREÇO: | | | | | |
| FONE: 41 3420-2867 | | | | | |
| ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Paranaquá | | | | | |
| CURSO (nº 2001): Educação Infantil | | | | | |
| TURNO: Diurno e Vespertino | | C.H. TOTAL DO CURSO: 800h | | DIAS LETIVOS ANUAIS: 200 | |
| ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1994 | | FORMA: Simultânea | | | |
| OFERTA: 4 /ou 5 anos completos até 31/03. | | ORGANIZAÇÃO: Anual | | | |
| INTERAÇÕES E BRINCADEIRA | | CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS | | | |
| Total de horas relógio semanais | | 20 horas relógio | | | |

4 PROPOSTA CURRICULAR

Sabe-se que os conteúdos trabalhados num trimestre deverão ser ancorados aos próximos, num constante "conhecer e aperfeiçoar" para atender às questões da vida e contribuir com



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



a formação de uma sociedade igualitária, ética e sustentável. É desta maneira que a aprendizagem se torna de fato significativa, tendo competências, habilidades e conhecimentos.

Currículo da Educação Infantil disponível em:

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf>

Currículo do Ensino Fundamental disponível em:

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf>

Currículo da Educação Especial disponível em:

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20%20CADERNO%20EDUC.%20ESPECIAL.pdf>

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. LEI Nº 8069. Edição Comemorativa 2010: Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Complementar para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes / Coordenação. Curitiba: Secretaria do Estado da Criança e da Juventude, 2010.

BRASIL. LEI Nº 9394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 20 dez.1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Resolução Nº 5. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p.18.



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 6/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.hp?option=com_content&view=article&id=15074&Itemid=866. Acesso no dia: 28 jun.2023.

Ensino fundamental de nove anos: orientações para inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: MEC, 2007.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei no 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-SP, 1991.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1979.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Coleção Magistério. 2º grau. Série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994

Parecer CNE/CEB nº 4/2008, aprovado em 20 de fevereiro de 2008 - Orientação sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12743&Itemid=866. Acesso no dia: 28 jun. 2010

Deliberação COMED/PGUÁ Nº 01/11, aprovado em 14/04/2011 – Orienta sobre as Diretrizes Municipais para a Educação do Campo do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR.

Parecer técnico do Regimento Escolar nº 03/2023 – aprovação de Regimento Escolar 2023.

ANEXOS

I - Instrumento de Avaliação Institucional

| AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - ESCOLA | | | | |
|---|---------------------|-------------------|----------|---------|
| 1. Quem é o responsável pelas informações deste questionário? (Marque apenas uma resposta) (A) Pai (B) Mãe (C) Os dois - pai e mãe (D) Outro responsável | | | | |
| 2. Leia as frases abaixo e responda se concorda ou não com as afirmações. Se você não souber avaliar algum item, por favor, anote "não sei". (Marque apenas uma resposta por frase) | Concordo plenamente | Concordo em parte | Discordo | Não sei |
| Eu recebo informações da escola sobre o progresso do meu filho. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| Eu sei o que os professores querem do meu filho. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| Meu filho está seguro na escola. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| Os professores da escola têm respeito pelos alunos. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| A escola é um ótimo ambiente de estudo para os alunos. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| A escola do meu filho sabe preparar as crianças para o futuro. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| A escola me dá informações claras sobre o que ensina ao meu filho. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| Eu entendo o que os deveres de casa de meu filho pedem. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| A escola é valorizada pela comunidade. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| Eu ajudo meu filho a estudar em casa. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| A escola faz reuniões com os pais para informar sobre os filhos | (A) | (B) | (C) | (D) |
| Eu considero que os professores são muito capazes. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| O meu filho está bem na escola. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| O meu filho comporta-se bem na escola. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| Eu gostaria que meu filho estudasse em outra escola. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| Meu filho se sente seguro na escola. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| Quando há algum problema, sou rapidamente chamado à escola. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| Eu sou informado sobre o planejamento da escola. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| A escola dá importância para a opinião dos pais. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| A escola se importa quando meu filho falta. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| Meu filho gosta da escola. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| Meu filho gosta dos professores. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| Esta escola tem muitos problemas de comportamento dos alunos. | (A) | (B) | (C) | (D) |
| Se eu pudesse pagar, meu filho iria para uma escola particular. | (A) | (B) | (C) | (D) |



II. Instrumento da pesquisa realizada para caracterização da comunidade

PERFIL SOCIOECONOMICO DA ESCOLA ANTÔNIO FONTES

UMA RESPOSTA POR FAMÍLIA

1) Quantos integrantes há na família e quais são?

2) Estado civil dos pais:

() casados () união estável () outro _____

3) Cor das pessoas da família:

() branca () preta () amarela () mulata () parda () outra _____

4) Profissão dos pais (pai e mãe):

() agricultor. Função: _____

() operário. Função: _____

() funcionário público. Função: _____

() comerciante. Função: _____

() trabalho por conta própria. Ramo: _____

() profissional livre. Função: _____

() outra. Qual? _____

() do lar

5) qual o rendimento mensal da família:

() menos de um salário-mínimo

() 1 salário-mínimo

() 1 a 2 salários-mínimos

() 2 a 3 salários-mínimos

() 3 a 4 salários-mínimos

() 5 a 6 salários-mínimos



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



mais de 7 salários-mínimos

6) De onde provém a renda da família? _____

7) Grau de escolarização dos pais:

analfabeto

sabe ler e escrever

primário

ensino médio

superior

8) como definem uma classe social?

pela profissão

pelo grau de instrução

pelo padrão de vida

pelo tipo de residência

pelo prestígio político

pela renda

outro critério, qual? _____

9) A qual classe social a família pertence?

alta média baixa

10) Pertence a alguma associação, clube ou igreja, qual?

11) Acompanha o movimento geral do país ou da cidade?

sim, quais?

político econômico social esportivo outro, qual? _____

não



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



12) Moram em casa:

() própria

() alugada

13) Característica da residência da família.

a) casa forrada () sim () não () parcialmente

b) piso () madeira () cerâmica () outro, qual? _____

c) paredes () tijolos () madeira () outros, qual? _____

d) jardim () sim () não

e) Luz elétrica () sim () não

f) água encanada () sim () não

h) quantos cômodos possui a casa? _____

i) marque os aparelhos que possui e a quantidade :

() televisão ___ () rádio ___ () geladeira ___ () micro-ondas ___ () liquidificador ___

() batedeira ___ () fogão a gás ___ () fogão elétrico () fogão a lenha () computador _____

() notebook ___ () celular ___ () tablet () freezer _____ () máquina de lavar ___

() bicicleta ___ () motocicleta () automóvel _____ () outros

J) Tipo de conexão à internet

() não possui () ADSL () Cabo () Via rádio () Fibra () Móvel () WIFI público ou compartilhado





ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



14) A comunidade onde mora é boa para viver? Poderia contar como é viver nesse local? Se há perigo? Se precisa de melhorias? Suas características e como são as pessoas que aqui vivem?

III. Pareceres Descritivos (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial)

| | | |
|--|--|---|
|  | <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL</p> |  |
| <p>ANEXO V - PARECER DESCRITIVO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL</p> | | |
| <p>Instituição: Escola municipal do campo “Professora Eulália Maria da Silva”</p> | | |
| <p>Estudante: _____</p> | | |
| <p>Docente: _____</p> | | |
| <p>Turma: _____</p> | | <p>Data: _____</p> |
| <p>PARECER DESCRITIVO:</p> | | |
| <p>Língua Portuguesa</p> <div style="border: 1px solid black; height: 80px; width: 100%;"></div> | | |
| <p>Matemática</p> <div style="border: 1px solid black; height: 80px; width: 100%;"></div> | | |
| <p>A) Atividades pedagógicas não presenciais Língua Portuguesa</p> <p><input type="checkbox"/> Conceito A: acima de 8,5</p> <p><input type="checkbox"/> Conceito B: entre 7,0 e 8,4</p> <p><input type="checkbox"/> Conceito C: entre 5,1 e 6,9</p> <p><input type="checkbox"/> Conceito D: 5,0</p> <p>Conceito/Nota: _____</p> | | <p>B) Atividades pedagógicas não presenciais Matemática</p> <p><input type="checkbox"/> Conceito A: acima de 8,5</p> <p><input type="checkbox"/> Conceito B: entre 7,0 e 8,4</p> <p><input type="checkbox"/> Conceito C: entre 5,1 e 6,9</p> <p><input type="checkbox"/> Conceito D: 5,0</p> <p>Conceito/Nota: _____</p> |
| <p>Assinatura do Docente: _____</p> | | |
| <p>Assinatura do Responsável: _____</p> | | |
| <p>Assinatura do Pedagogo(a): _____</p> | | |
| <p>Assinatura do Diretor(a): _____</p> | | |



IV. Plano de Atendimento Educacional Especializado

A escola não contempla essa modalidade de ensino.

V. Plano de Formação Continuada (link site SEMEDI)

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A formação continuada de cada professor e dos demais profissionais da Educação é um aspecto muito importante a ser considerado, pois ao escolher essa área, assume-se o compromisso de ser um eterno estudante, de acompanhar as transformações do mundo contemporâneo e de estar aberto para renovar o fazer pedagógico. Essa formação também acontece no dia a dia da escola, a partir das experiências e da prática educativa. Para isso, compreende-se o professor como um sujeito reflexivo, crítico e investigador de sua própria prática, pensando em estratégias e redimensionando sua ação pedagógica quando necessário.

Ser professor atualmente exige [...] mais do que um conjunto de habilidades cognitivas, sobretudo se ainda for considerada a lógica própria do mundo digital e das mídias em geral, o que pressupõe a aprender a lidar com os nativos digitais. Além disso, lhe é exigida como pré-requisito para o exercício da docência, a capacidade de trabalhar cooperativamente, em equipe, e de compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica, econômica e organizativa. (BRASIL, 2013, p. 59). Nesse sentido, acreditamos que a formação continuada de professores da educação deve ser um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores para renovar as práticas pedagógicas e as metodologias utilizadas com os estudantes, com vista ao desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. Diante desse exposto, salienta-se que o município promove, no início do ano e durante o decorrer do ano letivo, formações aos docentes, atendentes, monitores e demais profissionais da Educação, através de seminários relacionados à prática docente, palestras motivadoras, congressos, a partir de temas de interesse ou de necessidades que surgem do dia a dia da escola.



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



O município também participa de formações oferecidas por parceiros de educação. A escola realiza ainda encontros semanais, as reuniões pedagógicas, oportunizando planejamento coletivo entre os professores, momentos que ocorrem diferentes trocas de experiências, tanto de leitura e discussão de materiais teóricos, demandas da escola, planejamento de ações para atingir os estudantes com dificuldades de aprendizagem, entre outros, assim como um trabalho pedagógico que auxilie especialmente os professores de 53 forma que sua formação contribua e acrescente permanentemente para a melhoria da qualidade das aulas e conseqüentemente um resultado positivo no ensino em geral. Uma vez ao trimestre, realizamos uma reunião com os pais e responsáveis, onde abordamos questões de organização e demais demandas da escola. Estamos diariamente nesse ambiente e temos observado e vivenciado as necessidades reais do mesmo e da comunidade.

Roteiro para elaboração da formação continuada em serviço:

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada%20em%20Servi%C3%A7o.doc>

VI. Plano de Ação:

| METAS (O QUE FAZER?) | JUSTIFICATIVA (POR QUE FAZER?) | ESTRATÉGIAS (QUEM VAI FAZER?) | RESPONSÁVEIS (QUEM VAI FAZER?) | PERÍODO (QUANDO?) | RECURSOS MATERIAIS (COM O QUE FAZER?) |
|---|--|---|--|-----------------------|--|
| Formação de pais, com profissionais da educação e saúde, a fim de trazer conhecimentos e auxiliar na educação dos filhos. | Formar os pais, que por muitas vezes estão ansiosos, com dificuldades de educar os filhos ou que apresentam problemas de limites ou dificuldades de aprendizagem, por exemplo. | Pedagogos, psicopedagogo, psicólogo, nutricionista... | Secretaria de Educação, direção e professores. | Durante o ano letivo. | Em parceria com a administração municipal. |
| Pensar em mais brinquedos interativos que poderiam ter na área coberta. | Temos alunos que precisam de mais atividades lúdicas e poderia-se aproveitar este espaço. | SEMEDI | SEMEDI | 2024 | Com verbas da Prefeitura Municipal. |

| | | | | | |
|--|---|--|----------------------------|----------------------------|---|
| Promover a aprendizagem respeitando o tempo do aluno. | Cada aluno aprende no seu tempo, alguns tem mais facilidade do que outros e por isso não forçar e ou avançar nos conteúdos enquanto não tiverem no mesmo nível. | Acompanhamento da coordenação para o Planejamento de Ações Pedagógicas por meio da Unidade e sequência didática e Planejamento de Avaliação. | Coordenação e professores. | No decorrer do ano letivo | Avaliação oral conforme o relato dos participantes. |
| Promover e articular o diálogo e a troca de experiências entre os professores das turmas como um todo. | É muito importante para o aperfeiçoamento dos professores ter a troca de experiências, convivências coletivas que visam a aprendizagem entre professores, assim como promove o respeito, empatia, ajuda | Realização de reuniões coletivas para discutir sobre as dificuldades dos alunos e definir ações que promovam o desenvolvimento. | Coordenação e professores | No decorrer do ano letivo. | Sala de aula para reuniões. |



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “ANTONIO FONTES”
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Colônia São Luiz



| | | | | | |
|----------------------------------|--|--------|---------------------------|-------------------|---|
| | mútua, parceria para melhorar o ensino escolar | | | | |
| Instalar um novo parquinho | O parquinho antigo foi retirado para manutenção e não foi recolocado. | Semedi | Secretaria de Educação | 2024 - urgente | Com verbas da Prefeitura Municipal. |



VII. Plano de Ação para Educação das Relações Étnico Raciais (ERER)

PLANO DE AÇÃO PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICO RACIAIS – ERER

As leis 10.639/2003 e a 11.645/2008 respaldam o trabalho das temáticas étnico raciais, e incentivam o estudo de estratégias para suas aplicabilidades em sala de aula. Elas alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB, para incluir a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, essas leis são instrumentos de orientação para o combate à discriminação e são leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de promover no ambiente escolar a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país rico, múltiplo e plural.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Garantir, nas formações, a temática para os educadores.

Promover a formação dos profissionais de forma sistêmica com participação em fóruns, seminários, rede de trocas, congressos ou outros.

REGISTRO NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Revisar e atualizar o Projeto Político Pedagógico (PPP), inserindo a implementação de trabalho pedagógico com as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Promover a participação de toda comunidade escolar, em seus vários segmentos, por meio de debates, encontros, diálogos e propostas quanto ao registro das questões raciais no PPP.

Registrar no PPP a forma interdisciplinar, transversal e coletiva com que a temática da educação para as relações étnico-raciais devem ser trabalhadas com os estudantes.



CONHECIMENTO SOBRE O APARATO LEGAL

Reproduzir e deixar em lugar de fácil acesso as legislações e diretrizes referentes à Educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Possibilitar, no início de cada ano, a divulgação sobre a legislação pertinente por meio de cartazes expostos no ambiente escolar.

Cuidar para que esteja inserido o quesito raça/cor nos formulários de identificação dos estudantes.

ADEQUAÇÃO DE MATERIAL, ATIVIDADES E RITUAIS DIDÁTICO PEDAGÓGICOS

Criar, atualizar e organizar o acervo de livros, contemplando a questão racial.

Contemplar a temática étnico-racial na aquisição de livros didáticos, paradidáticos e materiais em geral, reservando uma porcentagem significativa do total.

Utilizar recursos variados, como ferramentas em sala de aula, para abordar a cultura afro-brasileira e temas relacionados, recorrendo às iconografias (imagens), como pinturas, fotografias e produções cinematográficas.

Cuidar para que o acompanhamento pedagógico garanta aos profissionais o conhecimento e o uso do acervo e materiais pedagógicos existentes na escola.

Promover uma análise criteriosa dos livros didáticos utilizados, observando a ocorrência de informações equivocadas ou estereótipos em relação ao negro, à história e à cultura afro-brasileira e africana.

PROTOCOLOS ESCOLARES ANTIRRACISTAS

Construir de forma coletiva, articulada pela gestão, com a participação de todos os segmentos escolares, um protocolo antirracista definindo intervenções pensadas didática e pedagogicamente e os procedimentos a adotar na ocorrência de situações de discriminação, preconceito e racismo.



Registrar o protocolo nos documentos escolares.

Socializar o protocolo junto aos vários segmentos da comunidade escolar.

Apurar e agir proativamente em situações de racismo, preconceito e discriminação ocorridos no interior da escola (seja institucional e/ou pessoal; verbal, física e ou psicológica/emocional).

DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Incentivar a participação efetiva da comunidade escolar em reuniões, materiais impressos, fóruns, seminários e/ou palestras sobre as Leis 10.369/03 e 11.645/08.

Criar espaços para discussões e atividades que referenciam a legislação sobre as questões raciais no currículo escolar junto à comunidade escolar.

Incentivar a criação de redes sociais que articulem escola e família na construção de um trabalho integrado em que movimentos sociais, associações de bairro e religiosas, grupos culturais e igrejas sejam também protagonistas e corresponsáveis pela implantação das leis.

Fazer um levantamento na comunidade de atuação da escola, elencando manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas presentes e as pessoas que criaram ou levam à frente essas manifestações.

ARTICULAÇÃO DE PROJETOS

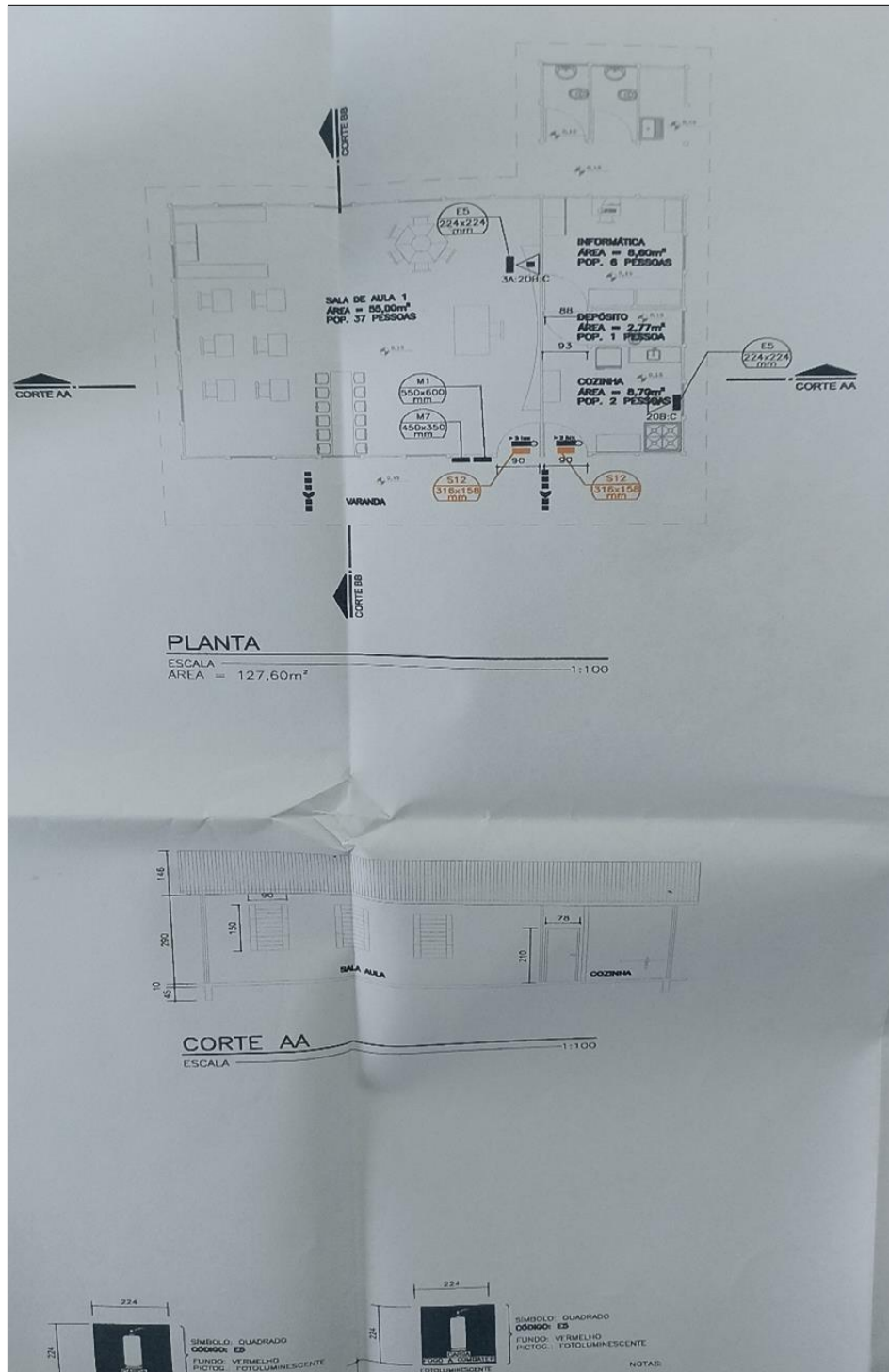
Assegurar, durante o planejamento anual, espaço para reflexão, estudo e adequação de conteúdos e temas relativos à questão racial em cada um dos componentes curriculares e com os projetos comumente trabalhados no cotidiano escolar (sexualidade, gênero, saúde, juventude etc.), na perspectiva de promover integração de saberes e caminhar para a interdisciplinaridade.

| METAS (O QUE FAZER?) | JUSTIFICATIVA (POR QUE FAZER?) | ESTRATÉGIAS (QUEM VAI FAZER?) | RESPONSÁVEIS (QUEM VAI FAZER?) | PERÍODO (QUANDO?) | RECURSOS MATERIAIS (COM O QUE FAZER?) |
|----------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------|---------------------------------------|
|----------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------|---------------------------------------|

| | | | | | |
|---|---|---|---|-------------|------------------------------------|
| <p>Aprofundamento da reflexão sobre os caminhos de promoção de igualdade na escola.</p> | <p>Desenvolver uma metodologia de promoção de igualdade, que envolva a comunidade escolar e favoreça a transformação do currículo e das práticas escolares.</p> | <p>Realizar um grupo de diálogos.</p> | <p>Professor Alunos, Pais e responsáveis.</p> | <p>2024</p> | |
| <p>Construção do Plano</p> | <p>Desenvolver uma metodologia de promoção de igualdade, que envolva a comunidade escolar e favoreça a transformação do currículo e das práticas escolares.</p> | <p>Construção do mapa (levantamento dos recursos, experiências e possibilidades na escola).</p> | <p>Professor Alunos, Pais e responsáveis.</p> | <p>2024</p> | <p>Vídeos, Imagens, pesquisas.</p> |

| | | | | | |
|---------------|---|--------------------------|---|------|-----------------------------|
| Implementação | Desenvolver uma metodologia de promoção de igualdade, que envolva a comunidade escolar e favoreça a transformação do currículo e das prática escolares. | Desenvolvimento do plano | Professor Alunos, Pais e responsáveis. | 2024 | Vídeos, Imagens, pesquisas. |
| Avaliação | Desenvolver uma metodologia de promoção de igualdade, que envolva a comunidade escolar e favoreça a transformação do currículo e das prática escolares. | Avaliação de impacto. | Professor Alunos, Pais e responsáveis. | 2024 | |

VIII. Plano de Atendimento Emergencial – PAE



IX – Calendário Escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR

2024

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

| JANEIRO | | | | | | | FEVEREIRO | | | | | | | MARÇO | | | | | | |
|---------|----|----|----|----|----|----|-----------|----|----|----|----|----|----|-------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | | | | 1 | 2 | 3 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | | | 31 | | | | | | |

| ABRIL | | | | | | | MAIO | | | | | | | JUNHO | | | | | | |
|-------|----|----|----|----|----|----|------|----|----|----|----|----|----|-------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |
| 28 | 29 | 30 | | | | | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | | 30 | | | | | | |

| JULHO | | | | | | | AGOSTO | | | | | | | SETEMBRO | | | | | | |
|-------|----|----|----|-------|----|----|--------|----|----|----|----|----|----|----------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | | | | 1 | 2 | 3 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 |
| 28 | 29 | 30 | 31 | *SEFE | | | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 29 | 30 | | | | | |

| OUTUBRO | | | | | | | NOVEMBRO | | | | | | | DEZEMBRO | | | | | | |
|---------|----|----|----|----|----|----|----------|----|----|----|----|----|----|----------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | | | | 1 | 2 | 3 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | |
| 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 |
| 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 |
| 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 |
| 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | | | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 29 | 30 | 31 | | | | |

| DIAS LETIVOS | | Carga Horária | | Recesso | | Feriado | |
|--------------|----|---------------|--|---------|--|---------|--|
| JAN | 0 | 30 | | 0 | | 1 | |
| FEB | 13 | 52 | | 3 | | 0 | |
| MAR | 20 | 80 | | 0 | | 2 | |
| ABR | 22 | 88 | | 0 | | 1 | |
| MAY | 19 | 76 | | 1 | | 2 | |
| JUN | 20 | 80 | | 0 | | 0 | |
| JUL | 12 | 48 | | 10 | | 1 | |
| AGO | 21 | 84 | | 0 | | 0 | |
| SET | 21 | 84 | | 0 | | 1 | |
| OUT | 21 | 84 | | 1 | | 2 | |
| NOV | 20 | 80 | | 0 | | 2 | |
| DEZ | 12 | 48 | | 9 | | 1 | |

| LEGENDA | |
|--|--|
| FÉRIAS | |
| INÍCIO/TERMINO DO TRIMESTRE | |
| FORMAÇÃO CONTINUADA | |
| PLANEJAMENTO | |
| REFORMULAÇÃO PPP | |
| PRÉ - CONSELHO | |
| CONSELHO DE CLASSE | |
| PÓS - CONSELHO | |
| ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO | |
| RECESSO ESCOLAR | |

| MES | FERIADOS |
|-----|-------------------------------|
| JAN | 01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL |
| | 29 PANÃO DE CRISTO |
| MAR | 31 PASCOA |
| ABR | 21 TRADENTES |
| MAY | 01 DIA DO TRABALHO |
| | 30 CORPUS CHRISTI |
| JUL | 29 ANIVERSÁRIO DE PARANAQUÁ |
| SET | 07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL |
| OUT | 07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO |
| | 12 NOSSA SENHORA APARECIDA |
| NOV | 02 FIADOS |
| | 15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA |
| DEZ | 25 NATAL |

| | |
|---------------------|-----|
| Dias Letivos | 201 |
| Atividades Docentes | 12 |
| Carga Horária | 804 |
| Total de Férias | 30 |
| Total de Recesso | 24 |

Periodicidade

1º Trimestre - 08/02 a 17/05 - 66 dias
 2º Trimestre - 20/05 a 30/08 - 61 dias
 3º Trimestre - 02/09 a 18/12 - 74 dias

Tenile Cibele do Rocio Xavier
Tenile Cibele do Rocio Xavier
 Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
Paula da Silva Inacio Pereira
 Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
Ronaldo Cardoso Alboite
 Diretor do Departamento de Ensino Fundamental

Tatiana Passos
Tatiana Passos
 Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMED - PGIA - Deliberação nº 61/2023
 Paranaguá, 22 de novembro de 2023.